

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

FERNANDA DE OLIVEIRA SILVA

**OPORTUNIDADES E DESAFIOS FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS À LUZ DO ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS**

GOIÂNIA

2024

FERNANDA DE OLIVEIRA SILVA

**OPORTUNIDADES E DESAFIOS FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS À LUZ DO ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Henrique Dias Manzi

GOIÂNIA

2024

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

S586o

Silva, Fernanda de Oliveira.

Oportunidades e desafios frente às políticas públicas dos municípios brasileiros à luz do ODS 11 – cidades e comunidades sustentáveis. / Fernanda de Oliveira Silva. – 2024.

73 f.: il. 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Henrique Dias Manzi.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) – Goiânia, 2024.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. ODS-11. 3. Agenda 2030. 4. Organização das Nações Unidas (ONU). I. Manzi, Rafael Henrique Dias. II. UNIALFA. III. Título.

CDU: 323.2

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

FERNANDA DE OLIVEIRA SILVA

**Oportunidades e Desafios frente às Políticas Públicas dos Municípios Brasileiros à Luz
do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis**

Avaliadores:

Prof. Dr. Rafael Henrique Dias Manzi–UniAlfa (Orientador)

Prof. Dr. Luiz Carlos do Carmo Fernandes – UniAlfa (Avaliador interno)

Profa. Dra. Amanda Cristina Gaban Filippi (Avaliadora externa)

Goiânia – GO
PPGADM - UNIALFA
Abril/2024

Dedico este trabalho à minha amada família, ao meu querido esposo ***Orimar Nonato Ribeiro*** e aos meus filhos ***Ygor José*** e ***Arthur Ribeiro***. Aos meus pais ***Geraldo Antônio da Silva e Celestina de Oliveira Silva***, por simplesmente serem a minha maior fonte de inspiração. Por vocês e através de vocês me tornei uma Administradora realizada. O amor, apoio e compreensão de vocês foram fundamentais em cada passo desta jornada. Agradeço por estarem sempre ao meu lado, incentivando-me a alcançar meus objetivos e compartilhando comigo as alegrias e desafios deste caminho. Este trabalho é também fruto do amor e apoio que recebi de vocês. Obrigada por serem minha fonte de inspiração e motivação constante. Estejam certos de que cada conquista é também de vocês.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, ao meu esposo, que com sua constante dedicação aos meus sonhos e objetivos, manteve-se ao meu lado incondicionalmente, tornando-se um dos maiores combustíveis para a realização de todos os sonhos que poderia ter. Aos meus orientadores, Prof. Dr. Jorge Alfredo Cerqueira Streit e Prof. Dr. Rafael Henrique Dias Manzi, pela orientação constante, apoio e incentivo ao longo deste processo. Suas expertises e orientações foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Aos meus Líderes, Doutores Eduardo Antônio Lucho Ferrão e Matheus Annes Ferrão, pelo interesse genuíno com o meu desenvolvimento profissional e pessoal, pela confiança depositada e encorajamento constante e que foram essenciais para que eu pudesse me dedicar ao programa de mestrado.

Agradeço também aos membros da banca examinadora por dedicarem seu tempo para avaliar este trabalho e fornecer valiosas sugestões e críticas construtivas. Não posso deixar de mencionar minha gratidão aos colegas de turma e amigos que estiveram ao meu lado durante toda essa jornada, compartilhando experiências, conhecimentos e apoio mútuo. Por fim, expresso minha profunda gratidão à minha família. O apoio e compreensão ao longo deste caminho foram cruciais para a realização deste sonho, o de me tornar Mestre em Administração, a profissão que escolhi e na qual me sinto realizada.

RESUMO

A promoção da sustentabilidade urbana no Brasil é fundamental para impulsionar o desenvolvimento sustentável global. O planejamento municipal demanda uma abordagem holística, considerando os aspectos sociais, econômicos e ambientais, especialmente diante do aumento populacional, que já ultrapassa os oito bilhões de habitantes. Este estudo teve como temática o Desenvolvimento Sustentável Municipal. O objetivo geral foi o de identificar oportunidades e desafios no cumprimento de metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ODS 11/ONU). Como referencial teórico explorou-se temas como desenvolvimento sustentável urbano, gestão pública municipal e os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU. Para tanto realizou-se uma pesquisa caracterizada como qualitativa de caráter descritivo e narrativo. Foram aplicados questionários na modalidade *on-line*, onde analisou-se o Índice de Desenvolvimento Sustentável Municipal e as diretrizes de políticas públicas adotadas. Dos 50 municípios investigados, que representam a população alvo da pesquisa, 10 foram escolhidos por meio de uma amostra não probabilística. Neste método, os dados foram coletados seguindo uma característica conhecida como acessibilidade ou conveniência. Para a análise dos dados utilizou-se a técnica de Laurence Bardin, na qual os resultados foram codificados resultando em dados alusivos a políticas de gestão ambiental; desenvolvimento econômico sustentável; engajamento comunitário e educação municipal; planejamento urbano e infraestrutura sustentável; preservação de recursos naturais. Os municípios respondentes contribuíram efetivamente para o constructo. A análise dos dados trouxe à tona desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável municipal. Os principais aspectos abrangem a escassez de mão de obra qualificada, a necessidade de aprimorar a organização administrativa e a integração com o Plano Plurianual Municipal (PPA), o fomento à educação ambiental e conscientização da comunidade, o aprimoramento da infraestrutura urbana e a gestão de resíduos. Estratégias como políticas de estímulo à economia sustentável, fortalecimento da participação da sociedade civil, investimentos em infraestrutura ecologicamente correta e estímulo a parcerias intermunicipais estão entre as ações propostas. Tais medidas refletem as diretrizes da literatura para impulsionar o desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros, destacando a importância de abordagens integradas e colaborativas.

Palavras-chave: sustentabilidade urbana municipal; Agenda 2030; ODS 11.

ABSTRACT

Promoting urban sustainability in Brazil is fundamental to boosting global sustainable development. Municipal planning demands a holistic approach, considering social, economic and environmental aspects, especially given the population increase, which now exceeds eight billion inhabitants. This study's theme was Municipal Sustainable Development. The general objective was to identify opportunities and challenges in meeting the goals of Sustainable Development Goal 11 – Sustainable Cities and Communities of the United Nations 2030 Agenda (SDG 11/UN). As a theoretical framework, themes such as urban sustainable development, municipal public management and the sustainable development objectives of the UN 2030 Agenda were explored. To this end, research characterized as qualitative with a descriptive and narrative nature was carried out. Online questionnaires were administered, analyzing the Municipal Sustainable Development Index and the adopted public policy guidelines. Of the 50 municipalities investigated, which represent the target population of the research, 10 were chosen through a non-probabilistic sample. In this method, data was collected following a characteristic known as accessibility or convenience. For data analysis, the Laurence Bardin technique was used, in which the results were coded resulting in data referring to environmental management policies; sustainable economic development; community engagement and municipal education; urban planning and sustainable infrastructure; preservation of natural resources. The responding municipalities effectively contributed to the construct. Data analysis brought to light challenges and opportunities for municipal sustainable development. The main aspects include the scarcity of qualified labor, the need to improve the administrative organization and integration with the Municipal Multi-Year Plan (PPA), the promotion of environmental education and community awareness, the improvement of urban infrastructure and the management of waste. Strategies such as policies to stimulate a sustainable economy, strengthening civil society participation, investments in environmentally friendly infrastructure and encouraging intermunicipal partnerships are among the proposed actions. Such measures reflect literature guidelines to boost sustainable development in Brazilian municipalities, highlighting the importance of integrated and collaborative approaches.

Keywords: municipal urban sustainability; Agenda 2030; SDG 11.

LISTA FIGURAS

FIGURA 1 - PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS: 12 EIXOS TEMÁTICOS.....	30
FIGURA 2 - INFOGRÁFICO ‘A CIDADE EM PERSPECTIVA’	31
FIGURA 3 - PONTUAÇÃO GERAL BRASIL NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM 2023	35
FIGURA 4 - PONTUAÇÃO GERAL BRASIL ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS.....	35
FIGURA 5 - DESEMPENHO POR ODS DE JUMIRIM (SP) - EXEMPLO.....	36
FIGURA 6 - VISÃO GERAL DO DESEMPENHO POR ODS DE JUMIRIM (SP) - EXEMPLO	36
FIGURA 7 - CLASSIFICAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DE CUMPRIMENTO DOS ODS.....	43
FIGURA 8 - REPRESENTAÇÃO VISUAL DO DESEMPENHO DAS CIDADES NOS ODS	44
FIGURA 9 - AÇÕES MUNICIPAIS EM SILVEIRAS (SP).....	52
FIGURA 10 - AÇÕES MUNICIPAIS EM PEDREIRA (SP).....	54
FIGURA 11 - AÇÕES MUNICIPAIS EM JUNDIAÍ (SP).....	56
FIGURA 12 - AÇÕES MUNICIPAIS EM ARARAS (SP)	58
FIGURA 13 - AÇÕES MUNICIPAIS EM VITÓRIA BRASIL (SP).....	60
FIGURA 14 - AÇÕES MUNICIPAIS EM LUZERNA (SC)	62
FIGURA 15 - AÇÕES MUNICIPAIS EM FERNANDÓPOLIS (SP)	64
FIGURA 16 - AÇÕES MUNICIPAIS EM JUMIRIM (SP)	66
FIGURA 17 - AÇÕES MUNICIPAIS EM BILAC (SP)	68
FIGURA 18 - AÇÕES MUNICIPAIS EM SALTINHO (SP)	71

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - INDICADORES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	24
QUADRO 2 - AS OITO DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE POR IGNACY SACHS	25
QUADRO 3 - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODMS).....	27
QUADRO 4 - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS).....	29
QUADRO 5 - O QUE DIZEM OS 12 EIXOS TEMÁTICOS DO PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS.....	32
QUADRO 6 - ODS 11 - METAS.....	33
QUADRO 7 - LACUNA NA OBTENÇÃO DE DADOS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	38
QUADRO 8 - ETAPAS DA PESQUISA CIENTÍFICA	39
QUADRO 9 - ETAPAS DA PESQUISA QUALITATIVA	40
QUADRO 10 - FASES DA ANÁLISE DE DOCUMENTOS.....	42
QUADRO 11 - EXPLORAÇÃO DO MATERIAL	44
QUADRO 12 - TERCEIRA FASE TÉCNICA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO	45
QUADRO 13 - ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	46
QUADRO 14 - PÚBLICO-ALVO DA PESQUISA	48
QUADRO 15 - MUNICÍPIOS BRASILEIROS QUE RESPONDERAM A PESQUISA.....	48
QUADRO 16 - DESEMPENHO MUNICIPAL POR ODS DE SILVEIRAS (SP).....	51
QUADRO 17 - DESEMPENHO MUNICIPAL POR ODS DE PEDREIRA (SP).....	53
QUADRO 18 - DESEMPENHO MUNICIPAL POR ODS DE JUNDIAÍ (SP).....	55
QUADRO 19 - DESEMPENHO MUNICIPAL POR ODS DE ARARAS (SP).....	57
QUADRO 20 - DESEMPENHO MUNICIPAL POR ODS DE VITÓRIA BRASIL (SP).....	59
QUADRO 21 - DESEMPENHO MUNICIPAL POR ODS DE LUZERNA (SC)	61
QUADRO 22 - DESEMPENHO MUNICIPAL POR ODS DE FERNANDÓPOLIS (SP)	63
QUADRO 23 - DESEMPENHO MUNICIPAL POR ODS DE JUMIRIM (SP).....	65
QUADRO 24 - DESEMPENHO MUNICIPAL POR ODS DE BILAC (SP)	67
QUADRO 25 - DESEMPENHO MUNICIPAL POR ODS DE SALTINHO (SP)	69

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - ÁREAS URBANIZADAS DO BRASIL 2015.....	14
MAPA 2 - ÁREAS URBANIZADAS DO BRASIL 2019.....	15

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CONTEXTO.....	13
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO	18
1.3.1 Objetivo geral.....	18
1.3.2 Objetivos específicos.....	18
1.4 JUSTIFICATIVA	18
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	20
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – MARCO HISTÓRICO	20
2.2 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE URBANA.....	22
2.3 GESTÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	23
2.5 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 2030 DA ONU.....	26
2.6 CIDADES SUSTENTÁVEIS E O ODS 11	30
2.7 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS CIDADES (IDSC - BR)..	33
3 METODOLOGIA Da PESQUISA.....	39
3.1 CARACTERÍSTICAS.....	39
3.1.1 Característica em relação à abordagem	39
3.1.2 Característica em relação à natureza	40
3.1.3 Característica em relação aos objetivos	41
3.1.4 Coleta de dados	45
3.1.5 Técnicas de pesquisa.....	46
4 RESULTADOS DA PESQUISA	50
4.1 SILVEIRAS – SÃO PAULO	51
4.2 PEDREIRA – SÃO PAULO	53
4.3 JUNDIAÍ – SÃO PAULO	54
4.4 ARARAS – SÃO PAULO.....	56
4.5 VITÓRIA BRASIL – SÃO PAULO	58
4.6 LUZERNA – SANTA CATARINA	60
4.7 FERNANDÓPOLIS – SÃO PAULO	63

4.8 JUMIRIM – SÃO PAULO	65
4.9 BILAC – SÃO PAULO	67
4.10 SALTINHO – SÃO PAULO	69
4.11 DESAFIOS E OPORTUNIDADES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: DISCUSSÃO DE RESULTADOS	71
4.11.1 Ações necessárias para promover a sustentabilidade	72
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
 REFERÊNCIAS	78
APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	84
APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS APLICADO	85
APÊNDICE C – RESULTADOS FORMULÁRIOS	88

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO

O desenvolvimento humano sustentável tem sido o viés central dos esforços e desafios impostos pelos pactos internacionais e nacionais (Organização das Nações Unidas no Brasil, 2015). O equilíbrio ambiental e o uso justo dos recursos naturais, de modo a garantir a disponibilidade para as gerações futuras, têm sido considerados um dos grandes desafios globais da atualidade. O que engloba, de forma coletiva, uma responsabilidade que atinge as esferas sociais, econômicas e ambientais e que não remete apenas à degradação ambiental, mas também aos assuntos voltados aos direitos humanos e ao equilíbrio econômico, os quais têm grande relevância para estudos acadêmicos, para gestão pública e para a sociedade (Williams, 2010).

A histórica tentativa por melhores condições ambientais e pelo desenvolvimento humano impulsionou, mais uma vez, a Organização das Nações Unidas (ONU) a criar um novo pacto global. Entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015 foram lançados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com o advento da Agenda 2030 criada pela organização. O pacto uniu 193 estados-membros que se comprometeram com metas a serem atingidas até o ano de 2030. A Agenda 2030 contém 17 ODS e 169 metas. Dentre as metas estabelecidas há 254 indicadores que geram índices de desenvolvimento sustentável para as nações; estes, por sua vez, são baseados em 5 P's: pessoas, prosperidade, paz, parcerias e planeta. Os objetivos visam a atuação dos estados-membros com o compromisso oficial e mundial focados na erradicação da pobreza, assegurando a prosperidade de todas as nações. As práticas devem atender aos limites ecológicos do planeta, garantindo, assim, o bem-estar das gerações futuras (Organização das Nações Unidas no Brasil, 2015).

O ODS 11 da Agenda 2030 das Nações Unidas tem como foco tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Este objetivo aborda os desafios crescentes associados à urbanização rápida e à expansão das áreas urbanas em todo o mundo, reconhecendo a importância crucial das cidades como centros de inovação, crescimento econômico e diversidade cultural. Este ODS visa garantir que as cidades do futuro sejam construídas com base em princípios de sustentabilidade ambiental, equidade social e eficiência econômica, promovendo o acesso equitativo a habitação adequada, transporte acessível, infraestrutura resiliente, serviços básicos e espaços públicos seguros para todos os seus habitantes. Neste contexto, a implementação eficaz do ODS 11 desempenha um papel

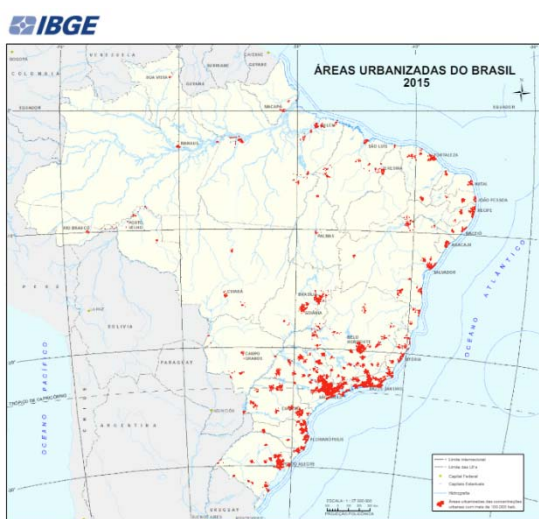
fundamental na busca por um desenvolvimento urbano mais justo e equitativo, capaz de enfrentar os desafios complexos do século XXI (Organização das Nações Unidas no Brasil, 2015).

Conforme dados das pesquisas realizadas pela ONU, mais de 55% da população mundial vive nas cidades atualmente. Estima-se que em 2050 este percentual chegue a 68%. América Latina e Caribe apontaram, em 2018, que 80% da população estavam alocadas nos centros urbanos (Organização das Nações Unidas, 2018). O crescimento urbano fomenta o progresso econômico e social, concomitantemente, os desafios enfrentados têm se tornado uma preocupação central à medida que a humanidade se torna predominantemente urbana. Esses desafios impactam nos sistemas de planejamento, evidenciando o despreparo das instituições públicas no enfrentamento dos danos causados pela acelerada urbanização (Organização das Nações Unidas no Brasil, 2022).

Segundo o Guia de Gestão Pública de 2022, atualmente o Brasil possui 5.570 municípios distribuídos nos seus 27 estados; deste, 74% tem até 10 mil habitantes e 26% até 30 mil habitantes. A grande maioria não possui capacidade financeira, técnica e administrativa para gestão do território e, como resultado disso, há uma deficiência nos processos de planejamento, fiscalização, controles sanitários e ambientais e da ocupação do solo (Instituto Cidades Sustentáveis, [2023]).

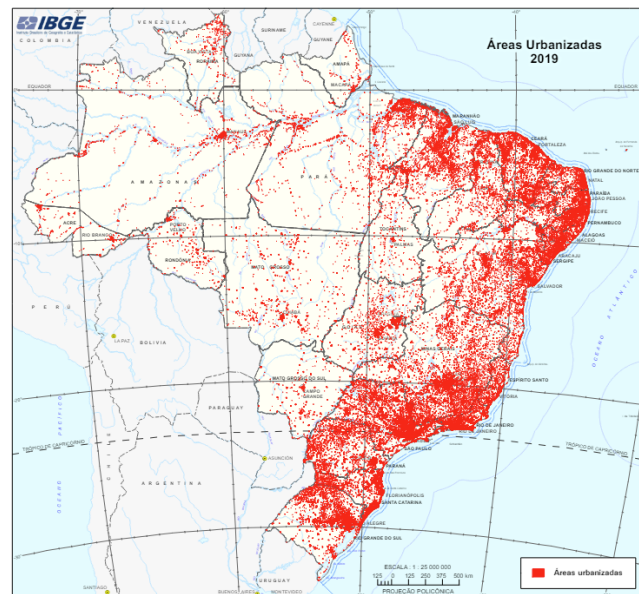
Nos Mapas 1 e 2 apresenta-se o crescimento populacional de áreas urbanizadas no Brasil em 2015 e em 2019, respectivamente.

Mapa 1 - Áreas urbanizadas do Brasil 2015



Fonte: Brasil (2015).

Mapa 2 - Áreas urbanizadas do Brasil 2019



Fonte: Brasil (2019a).

O espaço geográfico do Brasil atualmente reflete diversas dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais. O crescimento das cidades é um aspecto central nesse contexto, evidenciando a necessidade urgente de compreender e monitorar as áreas urbanizadas. O mapeamento da crescente população urbana brasileira levanta questões analíticas que refletem nos costumes, na cultura, na modelagem geográfica e nas necessidades alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU (Brasil, 2019b). Importante também destacar que cerca de 70% dos municípios brasileiros hoje dependem em mais de 80% de verbas oriundas da União e dos Estados (Confederação Nacional dos Municípios, 2019). Os dados mostram uma necessidade legítima de ações públicas voltadas para o planejamento de modo a enfrentar os desafios que os municípios precisam passar para o cumprimento das metas da Agenda 2030.

A nova agenda urbana (NAU) integra as metas e ações estratégicas firmadas em 2015 pela ONU. Estabelece que os ODS requerem instrumentos que apoiem os gestos regionais e locais direcionadas para a interiorização da Agenda 2030 em todo o território nacional (Organização das Nações Unidas, 2017). Para Wheeler (2013 *apud* Sotto *et al.*, 2019) o planejamento sustentável urbano depende de perspectivas de longo prazo, visão holística, engajamentos ativos focados na resolução de problemas e aceitação dos limites territoriais, tornando o planejamento específico para cada local.

Efetividade nos instrumentos de política, planejamento e gestão urbana, no território nacional, necessitam de revisões de pactos federativos, redistribuição de competências e recursos financeiros. Para Philippi Jr. *et al.* (2018) uma boa governança urbana depende do desenvolvimento institucional visando o fortalecimento da gestão democrática da cidade.

Leite (2012) explana que a sustentabilidade urbana, está ligada ao redesenvolvimento urbano, de modo que, para que uma cidade seja considerada sustentável é necessário estabelecer projetos urbanos consistentes e voltados para a instrumentalização da regeneração dos espaços vazios centrais. A cidade deve se voltar para dentro e não buscar expansão territorial e, em consequência, ampliar os vazios improdutivos centrais.

No Brasil e internacionalmente identifica-se conteúdo massivo voltado para a sustentabilidade, no entanto, há lacunas no que diz respeito a pesquisas voltadas para os municípios brasileiros. Segundo Williams (2010), nos estudos relacionados a cidades sustentáveis observa-se uma tendência voltada para os aspectos específicos de desenvolvimento sustentável urbano, tais como energia, transporte ou habitação, sem abordar a interconexão entre esses diferentes elementos.

O autor ressalta a necessidade de uma abordagem mais holística que leve em consideração as dimensões sociais, econômicas e ambientais. Sua argumentação estabelece que uma visão integrada no entendimento dos desafios e oportunidades enfrentados pelas cidades se torna algo essencial para o desenvolvimento sustentável. Esse viés de construção do hoje em prol de gerações futuras requer um olhar mais profundo em relação à sustentabilidade urbana. Cidades sustentáveis se caracterizam como algo complexo e dependem de vários agentes, já que impactam de maneira crescente no nosso convívio (Williams, 2010). Fainstein (2010) afirma que cidades justas deveriam ter como base moral o planejamento urbano.

A produção de conteúdos na esfera educacional também ocupa um papel fundamental para o direcionamento, construção e transformação da opinião social. Como consequência tem-se indivíduos reflexivos, éticos e com atitudes sustentáveis e inclusivas, devendo ser algo sistematizado que acontece a longo prazo (Fontanela; Pandini; Nascimento, 2018). É crucial destacar também a importância atribuída às empresas no contexto do desenvolvimento sustentável, o que ressalta a necessidade de mais pesquisas focadas nesse tema (Barata; Kligerman; Minayo-Gomez, 2007).

A geração de dados e conceitos relevantes para atender às metas estabelecidas é fundamental, especialmente considerando que os compromissos globais ainda estão em vigor. Vale ressaltar que o alcance do desenvolvimento sustentável não apenas contribui para a lucratividade das organizações, mas também implica em fatores concretos relacionados à

sustentabilidade corporativa, que podem se tornar um diferencial competitivo para as empresas (Tachizawa, 2004; Rosa; Maahs, 2016). Ao entender as demandas e desafios das comunidades urbanas, as empresas podem direcionar seus esforços para oferecer soluções sustentáveis que atendam às necessidades locais, ao mesmo tempo em que impulsionam o crescimento econômico.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Segundo Lopes (2016), cidades sustentáveis podem ser consideradas como a junção dos elementos de ambiente natural, que são: água, solo, atmosfera, flora e fauna; com os elementos construídos pelo homem: edificações, infraestruturas e toda atividade produtiva; e, os elementos humanos: que estão associados pela união e convívio entre as pessoas. Leite (2012) menciona que para se tornar uma cidade sustentável é fundamental reinventar-se e redesenvolver-se. Refazer e não expandir. Compactar de modo que aconteça a estruturação de redes estratégicas que busquem a otimização de infraestrutura urbana e, em consequência, a expansão dos territórios verdes.

Bibri e Krogstie (2017) identificam, em uma de suas pesquisas, que as abordagens integradas com base em perspectivas teóricas aplicadas a fim de alinhar os problemas existentes e identificar plano de ações estratégicas futuras voltadas para o planejamento e desenvolvimento urbano podem gerar resultados mais positivos para o desenvolvimento das cidades sustentáveis. O que pode ser descrito também como um ambiente urbano projetado com o objetivo primário de contribuir para a melhoria e qualidade de vida, bem como, para a proteção ambiental. Espera-se desse contexto, equidade social e bem-estar a longo prazo, alcançados por políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável contínuo promovido pela inovação, infraestrutura, manutenção operacional e união das pessoas em busca da eficiência operacional.

Sendo assim, o desenvolvimento sustentável urbano, considerado um dos maiores desafios do século XXI, almeja a criação de estratégias consistentes que norteiem o caminho para o cumprimento das metas da Agenda 2030, priorizando determinados percursos e dimensionando os desafios a serem seguidos por todos os agentes envolvidos com os ODS (Organização das Nações Unidas no Brasil, 2015). Para os municípios brasileiros as metas devem representar uma visão futura de integração e planejamento de curto, médio e longo prazo. Para isso deve atender não só as necessidades públicas, mas da sociedade como um todo (Instituto Cidades Sustentáveis, [2023]).

Neste sentido, esta pesquisa responde à seguinte questão: Quais são as oportunidades e desafios enfrentados pelos municípios brasileiros na busca pelo desenvolvimento sustentável urbano alinhado ao ODS 11?

1.3 OBJETIVOS DO ESTUDO

1.3.1 Objetivo geral

Identificar oportunidades e desafios no cumprimento de metas do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Realizar uma análise documental do IDSC- BR – Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil;
- b) Avaliar o planejamento municipal no cumprimento do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- c) Identificar nos municípios pesquisados as oportunidades e desafios em prol do cumprimento de metas do ODS 11.

1.4 JUSTIFICATIVA

A pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar o entendimento das dimensões e diretrizes relacionadas à sustentabilidade urbana, além de identificar políticas que promovam estratégias eficazes para a convivência em sociedade e o compromisso com as gerações futuras.

O desenvolvimento sustentável das cidades afeta diretamente a qualidade de vida dos habitantes, incluindo acesso a sistema habitacional adequado, sistema de mobilidade pública eficiente, espaços verdes e sistemas de segurança pública eficazes. Investigar as diretrizes e estratégias adotadas pelos municípios impacta e pode contribuir para a qualidade de vida de pessoas. Outro viés que afeta o ambiente micro e macro é a urbanização. Diante dos cenários de crescimento populacional os desafios enfrentados pelas cidades, como poluição, congestionamentos, desigualdades sociais e falta de infraestrutura, denotam uma repercussão com amplitudes globais.

Investigar como os municípios brasileiros podem contribuir para alcançar o ODS 11 é fundamental para o progresso em direção a esses objetivos globais. Já que os ODS visam promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma integrada e sustentável. Neste sentido, pretende-se que este estudo contribua cientificamente, apresentando novos achados voltados para a identificação de melhores estratégias e práticas, tanto para os municípios brasileiros pesquisados quanto para as partes interessadas. E, assim, auxiliar no progresso do Brasil na consecução das metas estabelecidas pela Agenda 2030 da ONU e relacionadas ao ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – MARCO HISTÓRICO

No início do século XX a humanidade norteava seus interesses visando a paz das nações. Resquícios de guerra que ainda assolavam as pessoas comprometiam o sistema de reestruturação econômica e social que na época era pretendido e necessário. Focados no interesse de reconstruir alianças, desenvolver a economia e pensar no futuro das nações, as primeiras manifestações relacionadas à sustentabilidade se tornaram presentes por meio de agentes internacionais. Já havia uma crescente percepção de que padrões de consumo e a produtividade teriam prazo de validade devido à finitude dos recursos existentes. Nesse sentido, a proposta de reestruturação das nações era voltada para as medidas de enfrentamento dos desafios que viriam, de modo a garantir bem-estar e recursos naturais para gerações futuras (Nascimento, 2012).

Para Santos (2009) o processo de desenvolvimento acarretaria um sistema de exploração desregrada dos recursos naturais com o objetivo de atender necessidades muitas vezes irracionais. Essa crescente e descontrolada utilização dos recursos naturais é comumente justificada pelo sistema capitalista e pela necessidade da humanidade de gerar riquezas. Fatores estes que contribuem de forma direta para os problemas sociais, como a pobreza, a fome e falta de saúde; bem como para os problemas ambientais relacionados ao aquecimento global e a mudanças climáticas (Pereira; Pereira; Pereira, 2009).

A sistemática acerca do desenvolvimento sustentável surgiu, então, sustentada pelos pilares de gerenciamento dos níveis globais produtivos, nas ações humanas direcionadas ao meio ambiente e na finitude dos recursos naturais existentes. O viés central direciona para uma lacuna de entendimento relacionado ao fato de gerações futuras poderem ou não ter condições e bem-estar no planeta (Reis, 2017).

No pós-guerra, na década de 1960, as questões ambientais ganharam notoriedade com a publicação, da obra “*Silent spring*”, de Rachel Carson, que discute sobre os elementos nocivos à saúde da natureza, o que acabou por desmistificar a ideia de que a natureza estava apta para absorver qualquer dano causado pelo homem. Em 1972 quatro pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT) – Donella Meadows, Dennis Meadows, Jorgen Randers e William Behrens – apresentaram o relatório de pesquisa “*Limites do crescimento*”, em uma reunião do Clube de Roma, em Estocolmo, o qual alertava sobre uma série de situações

que poderiam desencadear o colapso planetário dentro de 100 anos caso medidas substanciais não fossem adotadas em prol do impacto ambiental (Nascimento, 2012).

Mas a temática ‘desenvolvimento sustentável’ só ganhou força em trabalhos científicos publicados no final do século XX. A obra “First essay on population”, de Thomas Robert Malthus, lançada em 1798, trata de questões econômicas direcionadas a problemas sociais. Esse marco inicial foi ofuscado pelas questões políticas e de guerra que assolavam a nação. Diante dos avanços relacionados às questões ambientais e sociais, em 1987 a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente da ONU (CMMAD/ONU) divulgou o chamado ‘relatório de Brundtland’, intitulado “Nosso Futuro Comum”. Neste relatório, criado pela diplomata e médica Gro Harlem Brundtland quando presidiu a CMMAD/ONU, foi definido o conceito de desenvolvimento sustentável e havia a menção de que as necessidades humanas deveriam ser atendidas sem comprometer as necessidades de gerações futuras (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987).

Elkington (1997), um dos precursores dos estudos acerca da responsabilidade social e ambiental nas empresas, propõe, para o ambiente corporativo, três diretrizes organizacionais: econômica, visando o desenvolvimento; social, focada nas atividades organizacionais mais justas e igualitárias; e ambiental, onde estabelece que as organizações devem realizar suas operações de modo sustentável e correto. Essas dimensões ficaram conhecidas como “The triple bottom line” – o que, em tradução literal, seria ‘linha tripla de fundo’, mas no contexto aqui abordado o mais adequado é tripé da sustentabilidade. Para o citado autor iniciativas de desenvolvimento sustentável são fundamentais para o crescimento e desenvolvimento regional, logo, a sinergia entre empresas, governos, organizações e cidadãos deveria ser cada vez maior. Com essa rede de cooperação bem estruturada nota-se o crescimento econômico e sustentável de uma região ou cidade.

Em 2002 o termo sustentabilidade passou a ser utilizado de forma mais consolidada pelas organizações. As perspectivas, ecológicas, sociais, econômicas e ambientais passaram a ser tratadas com maior frequência pelas organizações, postura que surgiu devido ao interesse esperado de harmonização financeira e econômica que o tema trazia para as organizações (Ferrer, 2013).

Segundo Souza e Armada (2017), a sustentabilidade foi definida a partir de um longo processo histórico, bem como a tomada de consciência sobre problemas ambientais, crises econômicas e desigualdades sociais. A ideologia permanecerá perene se de fato as ações propostas forem colocadas em prática. Esse entendimento torna o conceito de sustentabilidade ainda incompleto e limitado.

2.2 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE URBANA

O desenvolvimento urbano tem, por objetivo, planejar o crescimento das cidades e municípios a fim de garantir o acesso seguro e digno para a população. Essa prática requer ações que dependem de recursos naturais, além de infraestrutura, educação, mobilidade, segurança, saúde, mão-de-obra, pessoas, solo e outros recursos e serviços (Brasil, 2008).

O êxodo rural provocado após a segunda guerra mundial foi considerado mais crítico e complexo devido à sua intensidade. O capitalismo e a industrialização tiveram considerável parcela para o crescimento das grandes cidades. Os países em desenvolvimento por sua vez, enfrentaram grandes problemas estruturais para comportar o intenso crescimento populacional nas cidades. O desordenado crescimento ocasionou o direcionamento de mão-de-obra, na época composto por técnicos e cientistas, a fim de suprir as necessidades de gerenciamento público. Entretanto, esses profissionais não possuíam as devidas qualificações para gestão urbana (Rodrigues *et al.*, 2015).

No Brasil a construção das cidades sustentáveis se deu através da Lei n. 10.277 de 2001, conhecida como Estatuto das Cidades, criada em virtude da regulamentação dos dispositivos constitucionais da política urbana brasileira – artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. O estatuto estabelece uma progressiva atenção ao meio ambiente por parte da gestão pública e dos cidadãos em prol da construção de cidades sustentáveis (Brasil, 2001).

Notavelmente temos nos deparado com questões voltadas para assuntos relacionados ao nosso planeta e a humanidade que o habita, dentre eles: tratamento de resíduos sólidos, lixo urbano, água potável, nível de água dos oceanos, desastres ecológicos, aquecimento global, poluição dos rios e do ar, crescimento populacional e outros. Os pontos mencionados estão ligados diretamente ao comportamento humano, o que tem gerado impactos de amplitude global. Diante deste cenário, as estratégias políticas e de gestão pública se fazem necessárias a fim de garantir que os danos sejam os menores possíveis (Gomes; Zambam, 2011).

Para Leite (2012) a atuação humana é apontada como a mais responsável pelas alterações percebidas no planeta, sendo que a atuação individual do cidadão tem impacto no todo. Este ponto é um dos vieses desafiadores para o alcance de objetivos de sustentabilidade das cidades e municípios. E, diante dos desafios enfrentados para se tornar uma cidade ou município sustentável, é necessário traçar um planejamento estratégico não só no que tange a sustentabilidade, mas também visando as questões sociais, econômicas e públicas. A consolidação das dimensões estabelecidas sobre a sustentabilidade e sua aplicabilidade requer sinergia entre governos, cidadãos e iniciativa privada, de modo que as metas de curto e longo

prazo sejam atingidas. O plano deve atender a resolução de problemas, a programação de políticas, o engajamento da gestão e da comunidade e a criação de redes de cooperação entre os agentes envolvidos (Souza, 2016).

Na visão de Leite (2012) o planejamento urbano para a sustentabilidade depende de perspectivas de longo prazo, visão holística, envolvimento ativo na resolução de problemas, aceitação dos limites e foco no lugar, ou seja, em um território específico. Manfron *et al.* (2014) entendem que a sustentabilidade urbana deve caminhar na tentativa de incorporação de medidas pró meio ambiente na política social e econômica regulamentada por cada país. A integração econômica, social e ambiental que é proposta pela ideia de sustentabilidade estabelece, para o meio corporativo, questões econômicas voltadas não só para a obtenção de lucro, mas também para o desenvolvimento humano.

Mello (2017), por sua vez, afirma que a denominação ‘cidades sustentáveis’ tem vinculação basicamente com questões ambientais e econômicas. Já Limonad (2010) considera o tema cidades sustentáveis como uma sistemática para a manutenção sistêmica do arcabouço hegemônico a fim de garantir a alocação de recursos naturais necessários para acúmulo de capital. Os posicionamentos destes autores são alvos de diversas críticas, uma vez que não levam em consideração que a sustentabilidade urbana deve ser aplicada estabelecendo, como prioridade, a equidade.

Sotto *et al.* (2019) estabelecem que, na conjuntura global, os ambientes urbanos são indispensáveis, pois hoje abrigam a maior parte da população mundial. Neste contexto, demandam expressivas quantidades de insumos, são considerados grandes polos geradores de poluição ambiental, ao mesmo tempo em que são berços dos cenários de oportunidades e desigualdades, sejam elas sociais ou econômicas.

2.3 GESTÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

A gestão pública é norteadada por premissas estabelecidas de governança no qual são somados todos os modelos existentes acerca de como os indivíduos, instituições públicas e privadas administram seus interesses em comum. A Constituição Federal Brasileira de 1988 teve papel fundamental, neste âmbito, quando, por meio de sua promulgação, exerceu o papel de união da sociedade com os agentes públicos. A maior participação da sociedade nas questões governamentais assegurou que leis fossem criadas no intuito de fiscalizar e gerir os interesses públicos e sociais (Oliveira; Pisa, 2015).

O interesse social nas questões públicas mudou comportamentos civis, levando a sociedade a estar cada vez mais presente nas decisões políticas e públicas. Desse modo, a gestão pública melhora e mantém o bem-estar das pessoas, fomenta a promoção de responsabilidade e participação da sociedade em todos os níveis de gestão pública. Além de criar projetos mais adequados para a comunidade, independentemente de sua classe, e fortalecer os laços entre governo, sociedade e ambiente (Marques; Bichir; Peres, 2018).

Neste contexto, o direito às cidades sustentáveis está previsto como diretriz geral de políticas públicas, presente no art. 2º inciso I do Estatuto das Cidades, promulgado pela Lei 10.257/2001, de 10 de julho de 2001 (Brasil, 2001). Seu objetivo estabelece também premissas gerais para políticas públicas urbanas, regulamentadas nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal do Brasil de 1988, cujos ordenamentos são o de garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais e o bem-estar de seus habitantes (Brasil, 1988).

Inicialmente o Estatuto das Cidades era visto, pela classe empresarial, por setores mais conservadores e por proprietários de terras, como uma ameaça, o que levou a tramitação da lei a se arrastar por 12 anos devido aos embates travados na ocasião (Matias; Jereissati, 2022). No entanto, as necessidades civis e urbanas exigem que o desenvolvimento da sociedade seja pautado nas dimensões econômicas, sociais e ambientais de modo a auxiliar na negociação de prioridades sociais e dimensionar as carências da sociedade brasileira, levando à intervenção efetiva nas áreas mais necessitadas. O que leva à governança e à governança pública, que no Brasil é pautada pelo Índice de Avaliação de Governança Pública (IGovP), conforme registram Oliveira e Pisa (2015).

Aquino *et al.* (2021) classificam a governança corporativa em cinco indicadores, conforme descritos no Quadro 1.

Quadro 1 - Indicadores de governança corporativa

1	Efetividade
2	Transparência
3	Participação
4	Equidade
5	Legalidade, ética e integridade

Fonte: Adaptado de Aquino *et al.* (2021).

As estratégias de políticas públicas visam o aumento de sua capacidade de gestão das demandas geradas pela sociedade e dos mecanismos operacionais utilizados para nortear os processos públicos e privados nas tomadas de decisões. Esse equilíbrio deve buscar pela

eficiência das premissas burocráticas de gestão e da participação da sociedade civil que são interessados no desenvolvimento sustentável (Moura; Bezerra, 2016).

No Brasil, a sustentabilidade nas cidades é difundida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Criado em 1992, tem como objetivo formular e implementar políticas públicas ambientais nacionais de forma articulada com os entes públicos e a sociedade (Brasil, 2024). A dinâmica da gestão pública deve considerar a variedade institucional dos estados e os diferentes níveis de gestão operacional. Diante disso, as políticas públicas, mesmo as direcionadas para o desenvolvimento sustentável, são pensadas levando em consideração as particularidades de cada estado e as limitações regionais e ecológicas (Soares; Machado, 2018).

Para Sachs (2002), a gestão voltada para a sustentabilidade requer também um planejamento que deve levar em consideração as oito dimensões de sustentabilidade, que seguem descritas no Quadro 2.

Quadro 2 - As oito dimensões de sustentabilidade por Ignacy Sachs

1 - Sustentabilidade social	A meta é construir civilizações com maior equidade na distribuição de renda e bens.
2 - Sustentabilidade econômica	Responsável pelo direcionamento mais eficiente dos recursos, sejam eles locais ou entre nações, atingindo a macroeconomia e microeconomia.
3 - Sustentabilidade ecológica	Responsável pela dinâmica de utilização dos recursos do planeta, direcionando as demandas para diminuição dos recursos não renováveis e maximização dos recursos renováveis. Reduzindo os processos geradores de poluição e fomentando o processo de reciclagem. Criar mecanismos massivos de conscientização dos consumos das pessoas e investir cada vez mais em tecnologias limpas que agregarão valor na proteção ao meio ambiente.
4 - Sustentabilidade territorial	Servirá para manter o equilíbrio territorial do planeta. Estabelecendo distribuições apropriadas entre áreas urbanas e rurais a fim de melhorar o ambiente urbano, superar disparidades e criar estratégias para as regiões que mais necessitam de intervenção em proteção ambiental.
5 - Sustentabilidade cultural	Visa promover o desenvolvimento local através do aproveitamento de saberes e interesses regionais.
6 - Sustentabilidade política	Define uma apropriação universal dos direitos humanos e desenvolve a capacidade de governo para programar os projetos voltados para a sustentabilidade.
7 - Sustentabilidade política internacional	Trabalha na eficácia do sistema de prevenção de desastres e guerra da ONU. Fomentam estratégias de promoção a paz e cooperação internacional e do controle institucional do patrimônio global, estabelecendo sistemas efetivos de cooperação científica, tecnológica e social.
8 - Sustentabilidade psicológica	Focada os estudos e entendimentos do ser humano e suas relações com o meio ambiente.

Fonte: Adaptado de Sachs (2002).

Ignacy Sachs reúne, desde 1996, uma coletânea de trabalhos relacionados ao desenvolvimento sustentável, onde elenca dimensões voltadas para políticas sustentáveis,

sublinha e amplia elementos que fundamentam a caracterização do desenvolvimento sustentável, dando cada vez mais ênfase, em seus estudo, à capacidade dos ecossistemas naturais, equilíbrio rural/urbano, compromissos democráticos, incentivos ao cooperativismo controle financeiro e acesso à diversidade do planeta como um direito humano.

2.5 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 2030 DA ONU

O acelerado crescimento populacional, principalmente o urbano, tem gerado, para o planeta, problemas ambientais, sociais, econômicos e territoriais. Dentre eles: escassez de recursos hídricos, empobrecimento da população, poluição do ar, rios e oceanos, esgotamento territorial e de suas fontes naturais de energia, desigualdades socioeconômicas, falta de saneamento e problemas econômicos que não conseguem atender à crescente demanda (Organização das Nações Unidas, 2017).

A proposta de as cidades caminharem em uma perspectiva sustentável se torna necessária e fundamental para a manutenção do equilíbrio social, ambiental e econômico. Esse caminho a ser percorrido envereda para um sistema de conscientização em massa, já que parte do plano para se alcançar o ambiente sustentável depende quase que exclusivamente das ações humanas (Bibri; Krogstie, 2017).

A ONU foi fundada em 24 de outubro de 1945, na cidade de São Francisco, Estados Unidos. Sua origem tem está relacionada à Liga das Nações, criada após a primeira guerra mundial na intenção de combater os conflitos bélicos existentes. Atualmente a organização conta com 193 países-membros que são distribuídos em seis grandes órgãos criados para a tomada de decisões. Movimentam, anualmente, uma receita de quase seis bilhões de dólares. Um dos objetivos da ONU é manter a paz e a segurança mundial e este papel é exercido através do desenvolvimento de relações amistosas entre as nações, fomentando a cooperação internacional e promovendo o respeito aos direitos humanos, de modo a criar um ambiente harmônico entre os povos (Organização das Nações Unidas, 2009).

Visando tratar de ações sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável a ONU vem promovendo eventos que reúnem seus membros em nível mundial. As conferências realizadas em prol do desenvolvimento sustentável pela ONU são o resultado de décadas de evolução das discussões acerca das questões ambientais. A busca pela consolidação do desenvolvimento sustentável é pautada em um cenário de “economia verde” incorpora o termo sustentabilidade desde Johanesburgo. Assim, em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, chamada

de RIO+20. Antes deste evento ocorreram, nos anos de 1992 e 2000, respectivamente, a Conferência RIO-92, no Rio de Janeiro, e a Cúpula do Milênio, na cidade de Nova York. (Oliveira, 2014).

Também em 2000 foi assinada a Resolução nº 55/2, conhecida como “Declaração do Milênio das Nações Unidas”, durante a 55ª sessão da Assembleia Geral da ONU. O documento foi assinado por 191 países membros. A globalização era o viés central do pacto, uma vez que o principal desafio da globalização era se tornar algo positivo para toda a nação. Apesar das grandes oportunidades geradas, os compartilhamentos eram realizados de maneira desigual pelas nações. Nesta declaração foram estabelecidos os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), descritos no Quadro 3, que abrangem ações específicas. Para cada um dos objetivos, 21 metas foram estabelecidas e o acompanhamento se dava por meio de 60 indicadores de desempenho. Essa agenda foi válida até 2015, quando surgiu um novo pacto global, o qual começou a ser gestado no evento de 2012, o RIO+20 (Roma, 2019).

Quadro 3 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs)

Objetivo	Conteúdo
ODM 1	Erradicar a pobreza extrema e a fome
ODM 2	Atingir o ensino básico universal
ODM 3	Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
ODM 4	Reduzir a mortalidade infantil
ODM 5	Melhorar a saúde materna
ODM 6	Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças
ODM 7	Garantir a sustentabilidade ambiental, relacionadas com o meio ambiente, desmatamento, aquecimento e global conservação das áreas verdes.
ODM 8	Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

Fonte: Adaptado de Organização das Nações Unidas (2000).

Nos ODMs uma mudança notável ocorreu com a emergência da questão ambiental como um elemento central na agenda internacional. Anteriormente os esforços de desenvolvimento se concentravam principalmente na erradicação da pobreza, na melhoria da saúde e educação e na promoção da igualdade de gênero. No entanto, à medida que os desafios ambientais globais se tornaram mais evidentes e urgentes, percebeu-se a necessidade de integrar considerações ambientais em todos os aspectos do desenvolvimento.

A crescente conscientização sobre questões como mudanças climáticas, perda de biodiversidade, poluição e degradação ambiental levou à inclusão de metas específicas relacionadas ao meio ambiente nos ODMs. Essas metas visavam não apenas mitigar os impactos ambientais adversos, mas também promover práticas sustentáveis de desenvolvimento que preservassem os recursos naturais para as gerações futuras.

Segundo a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), os ODMs levaram a uma redução significativa da pobreza, em duas décadas reduziram de 1,9 bilhão de pessoas para 936 milhões de pessoas em estado de pobreza. Também levou a maioria dos países observados a atingir a paridade de gênero na escola primária. Houve um declínio de 45% na taxa de mortalidade materna em todo o mundo; as taxas de infecção por HIV caíram aproximadamente 40% entre 2000 e 2013; e houve, ainda, uma redução de mais de 6,2 bilhões de morte por malária em todo o mundo entre 2000 e 2015 (Fundação Oswaldo Cruz, 2017).

O documento gerado na conferência RIO+20, em junho de 2012, intitulado “O futuro que queremos”, considerou as experiências que os países membros tiveram durante o tempo que programaram os ODMs. A partir dele foi construído um novo conjunto de objetivos e metas com cronograma previsto para começar a partir de 2015 (Leite, 2015). Em 25 de setembro de 2015 o documento “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” foi assinado por 193 países-membros. O documento traz ações direcionadas para as pessoas, o planeta e a prosperidade. O pacto estabelece que a erradicação da pobreza deve ser reconhecida em todas as duas formas e dimensões, sendo vista como o maior dos desafios. Além de outros compromissos, um de grande destaque é o de “não deixar ninguém para trás”, alusivo aos menos favorecidos socialmente (Organização das Nações Unidas no Brasil, 2015).

Agenda 2030 possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e estabelece 169 metas, as quais ficarão vigentes por um período de 15 anos. No Quadro 4 estão listados os 17 ODS.

Os ODS são, na verdade, uma herança do Relatório Brundtland, já mencionado. Indispensáveis para que os mais de oito bilhões de habitantes possam viver em condições adequadas e favoráveis em nosso planeta, os ODS remetem a quase quatro décadas de episódios socioeconômicos e ambientais que ocorrem em escala planetária a partir da atitude humana em relação aos recursos naturais. As crises mundiais atuais tornam ainda mais urgentes o empenho de todos os envolvidos para que os objetivos sejam alcançados. No entanto, agentes como o governo, população e o meio ambiente devem caminhar juntos nessa grande jornada.

Quadro 4 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Objetivo		Conteúdo
1	Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2	Fome zero	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3	Saúde e bem estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
4	Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
5	Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6	Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos
7	Energia limpa e acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
8	Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos
9	Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10	Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11	Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12	Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13	Ação contra a mudança global do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
14	Vida na água	Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15	Vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda
16	Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17	Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Adaptado de Organização das Nações Unidas no Brasil (2015).

Vale ressaltar que nem todos os países do mundo estão filiados à ONU, no entanto, ela trata de assuntos voltados para os interesses de toda a humanidade. É considerada a organização mais abrangente do planeta, devido aos seus propósitos, de manter a paz e a segurança internacional entre as nações e desenvolver relações amistosas entre os países membros em busca da paz mundial.

2.6 CIDADES SUSTENTÁVEIS E O ODS 11

Para Castells (2000) a definição de cidade sustentável está na sua condição produtiva, ou seja, sua condição produtiva não pode destruir sua condição reprodutiva, objetivando o equilíbrio entre a proteção do meio ambiente, o meio social e o econômico. Roseland (1997) define a cidade sustentável como um assentamento de longa durabilidade que a humanidade é capaz de construir propiciando um padrão de vida autossuficiente e sem causar tantos problemas ao ecossistema no qual está inserido. Destaca também que a sociedade com consciência de agente transformador é um dos pontos cruciais para o alcance dos ODS da ONU.

Criado em 2012 pelo Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), o Programa Cidades Sustentáveis (PCS) é uma agenda de sustentabilidade urbana que incorpora as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal. Atua na sensibilização e mobilização de governos locais para a implementação de políticas públicas estruturantes, que contribuam para o enfrentamento da desigualdade social e para a construção de cidades mais justas e sustentáveis (Instituto Cidades Sustentáveis, [2023]).

O PCS está estruturado em 12 eixos temáticos voltados para as cidades alinhados aos ODS da ONU (Figura 1) e oferece ferramentas e metodologias de apoio à gestão pública e ao planejamento urbano integrado, além de mecanismos de controle social e estímulo à participação cidadã. Também estabelece uma agenda sustentável urbana que incorpora e cria sinergia entre as dimensões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais no planejamento plurianual dos municípios. Além de atuar em prol da sensibilização e mobilização governamental para a implementação das políticas públicas estruturantes, que contribuem para o enfrentamento das desigualdades sociais e para a construção de cidades mais justas e sustentáveis (Instituto Cidades Sustentáveis, [2023]).

Figura 1 - Programa Cidades Sustentáveis: 12 eixos temáticos



Fonte: (Instituto Cidades Sustentáveis, [2023]).

O programa considera que, para implementar o plano urbano integrado, ações e metas devem levar em consideração a infraestrutura urbana, habitação, mobilidade, equipamentos comunitários, economia urbana, mudança climática e educação. Dentro de todas as esferas a prevenção ambiental e a inclusão social devem ocorrer de maneira transversal. Outro ponto crucial são as etapas e elaboração do plano integrado. Nele são estabelecidos os esforços centrais das diversas políticas e planos setoriais pertinentes às questões de cada município. A atuação de ordem administrativa, técnica, operacional e gerencial são cruciais para o sucesso de cada plano integrado (Instituto Cidades Sustentáveis, [2023]).

No infográfico disposto da Figura 2 é possível observar que nas cidades mais sustentáveis a integração entre as diferentes áreas de gestão municipal tem início com a análise das relações de interdependência entre elas. A escassez dos insumos e recursos naturais, crescimento populacional desordenado, desequilíbrio climático e a gestão pública mal dimensionada são fatores que contribuem para um cenário desfavorável em relação ao desenvolvimento das cidades.

Figura 2 - Infográfico ‘A cidade em perspectiva’



Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

O PCS se correlaciona com os 17 ODS e está focado nas cidades e comunidades sustentáveis, remetendo ao ODS 11. Diante dos problemas que se apresentam, seja no planejamento, construção e ou desenvolvimento das cidades, o ODS 11 buscam mitigar

impactos que contribuem para o regresso das cidades, bem como para auxiliar no enfrentamento de todos os desafios que são impostos para o crescimento populacional urbano.

No Quadro 5 estão os 12 eixos com seus respectivos conteúdos. O objetivo de desenvolvimento sustentável voltado para cidades é o ODS 11, que estabelece metas com objetivo de tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis (Organização das Nações Unidas, [2024]). No Quadro 6 estão as metas estabelecidas no ODS 11.

Quadro 5 - O que dizem os 12 eixos temáticos do Programa Cidades Sustentáveis

Eixo temático	Conteúdo
Governança	Convocar todos os setores da sociedade civil para a participação efetiva governamental; promover a cooperação e sinergias entre municípios vizinhos e cidades.
Bens naturais comuns	Estabelecer metas para a redução do consumo de energia não renovável em consequência aumentar o uso de energia renovável; melhorar a qualidade da água, bem como, poupar o uso.
Equidade, justiça social e cultura de paz	Assegurar acesso equitativo aos serviços públicos; promover a inclusão social e a igualdade entre gêneros, raças e etnias.
Gestão local para a sustentabilidade	Realizar a gestão integrada e eficiente para a sustentabilidade; assegurar que a sustentabilidade esteja como prioridade nos processos de decisão à níveis urbanos e regionais.
Planejamento e desenho urbano	Reutilizar e Regenerar áreas abandonadas ou socialmente degradadas; evitar a expansão urbana, dando prioridade ao adensamento e desenvolvimento urbano.
Cultura para a sustentabilidade	Desenvolver políticas culturais que respeitem e valorizem a diversidade cultural, o pluralismo e a defesa do patrimônio natural.
Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida	Prover a todos, oportunidades educativas que lhes permitam papel protagonista no desenvolvimento sustentável local e regional.
Economia local dinâmica, criativa e sustentável	Introduzir medidas para estimular e apoiar o emprego local e cooperar com o tecido empresarial a fim de implementar a responsabilidade social empresarial.
Consumo responsável e opções de estilo de vida	Evitar e reduzir os resíduos e aumentar a reutilização e a reciclagem, contribuindo para inclusão social das cooperativas moldadas com técnicas sustentáveis.
Melhor mobilidade, menos tráfego	Reduzir a necessidade de utilização do transporte individual motorizado promovendo meios de transporte coletivos e acessíveis a todos.
Ação local para saúde	Promover o planejamento urbano para o desenvolvimento saudável das nossas cidades e garantir ações integradas para a promoção da saúde pública.
Do local para o global	Elaborar e seguir uma abordagem estratégica e integrada para minimizar as alterações climáticas, atingir níveis sustentáveis de emissão de gases geradores do efeito estufa; integrar a gestão política em prol da proteção climática, políticas de energia, transportes, consumo, resíduos, de agricultura e de florestas.

Fonte: Adaptado de Instituto Cidades Sustentáveis, [2023]).

Quadro 6 - ODS 11 - metas

ODS 11 - CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	
Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	
Meta 11.1	Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.
Meta 11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.
Meta 11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.
Meta 11.4	Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.
Meta 11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.
Meta 11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo <i>per capita</i> das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.
Meta 11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
Meta 11. a	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, Peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.
Meta 11. b	Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.
Meta 11.c	Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

Fonte: Organização das Nações Unidas ([2024]).

O PCS tem, como prioridade, a implementação e a municipalização frente aos ODS da Agenda 2030 no Brasil. Aos 12 eixos temáticos que atuam nas dimensões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais e que são cruciais para o desenvolvimento sustentável das cidades, estão agregados 260 indicadores relacionados à administração pública (Instituto Cidades Sustentáveis, [2023]).

2.7 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS CIDADES (IDSC - BR)

No Brasil pesquisadores do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA), debateram internamente as 169 metas globais e, a partir daí, criaram propostas para adequação junto às necessidades correntes do Brasil. O governo federal, juntamente com 600 técnicos,

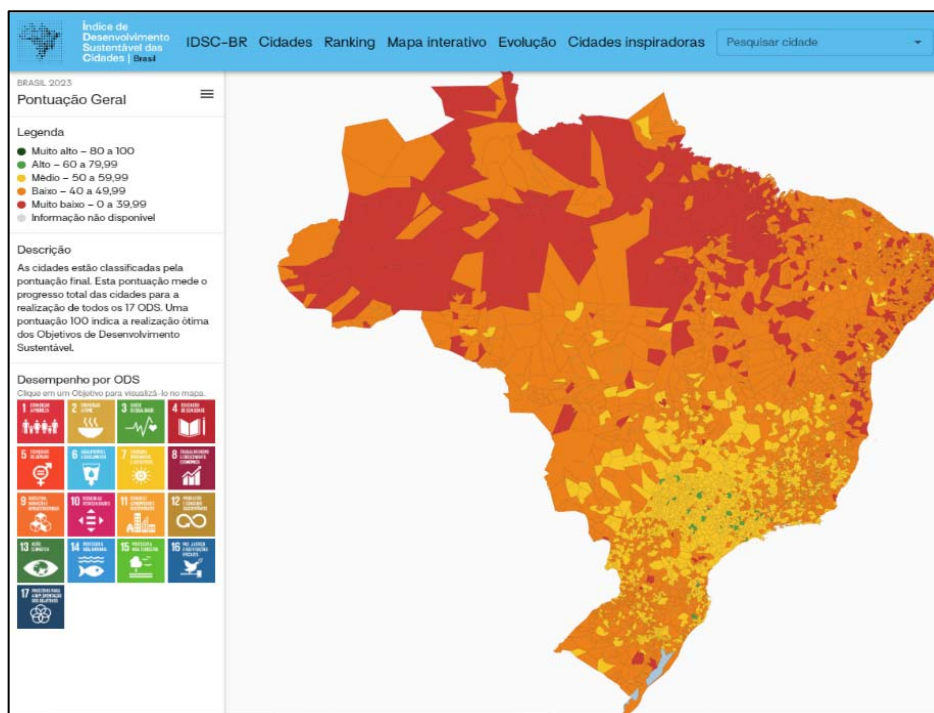
organizou oficinas de cooperação a fim de unir integrantes de 75 órgãos governamentais que passaram a se envolver na implantação da Agenda 2030 no Brasil. Ao longo de 2018, ocorreram várias conferências nacionais onde foram instituídos grupos temáticos focados nos correspondentes para cada ODS. O IPEA, por sua vez, sugeriu aprimoramentos contínuos devido aos números apresentados pelas cúpulas interministeriais, subsidiadas por dados fornecidos pelos municípios contendo informações relevantes para a construção de novos ajustes nos indicadores de desempenho para o país (Ramiro, 2021).

Em 2022 São Paulo sediou o primeiro Fórum de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, onde gestores públicos, acadêmicos, organizações em defesa do meio ambiente, representantes da sociedade civil e do setor privado debateram sobre os avanços que o Brasil tem apresentado e os desafios que as cidades têm enfrentado para o cumprimento da Agenda 2030. As sessões temáticas também discutiram sobre o papel dos governos locais na implementação da Agenda 2030, sobre a importância do projeto CITInova, tecnologia e inovação para as Cidades Sustentáveis, enfrentamento das mudanças climáticas, cidades economicamente inclusivas, cultura e paz nas cidades, cidades democráticas, o papel das organizações na sustentabilidade urbana e cooperativismo para o financiamento da Agenda 2030 (Instituto Cidades Sustentáveis, [2023]).

Durante o evento foi lançado o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR), plataforma que monitora os 5.570 municípios brasileiros e seus progressos junto à Agenda 2030 da ONU, a ferramenta é a única plataforma mundial que exerce esse tipo de monitoramento. O evento foi considerado a maior conferência sobre os ODS do mundo. Realizar uma gestão capaz de identificar como cada um dos 5.570 municípios tem se comportado a frente do desenvolvimento sustentável é uma tarefa desafiadora mediante os inúmeros problemas que o país enfrenta. Diante disso, o PCS, iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis com a cooperação do Instituto Sustainable Development Solutions Network (SDSN) e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), recebeu financiamento do Projeto CITInova para a criação da plataforma IDSC-BR (Instituto Cidades Sustentáveis, [2023]).

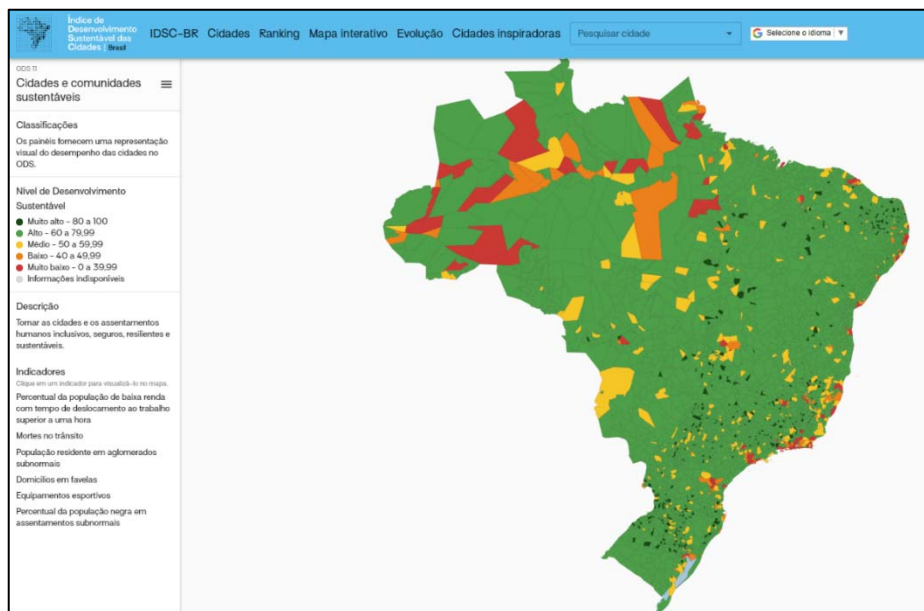
O IDSC-BR fornece informações que ajudam na formulação de políticas públicas e no acompanhamento do desenvolvimento sustentável em nível local. Nas Figuras 3, 4, 5 e 6 estão imagens de como a plataforma de monitoramento apresenta os dados municipais coletados.

Figura 3 - Pontuação geral Brasil no Índice de Desenvolvimento Sustentável em 2023



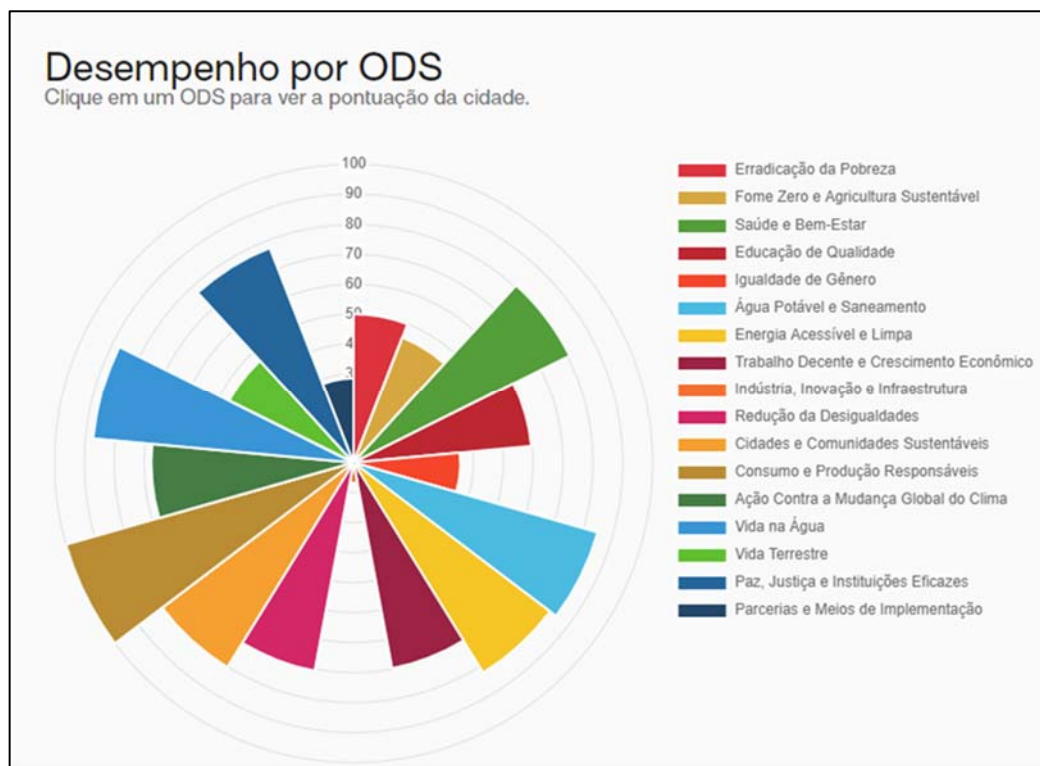
Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

Figura 4 - Pontuação Geral Brasil ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis



Fonte: Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

Figura 5 - Desempenho por ODS de Jumirim (SP) - exemplo



Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

Figura 6 - Visão geral do desempenho por ODS de Jumirim (SP) - exemplo



Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

A ferramenta estimula a evolução nos indicadores de desempenho dos municípios brasileiros, uma vez que oferece um *ranking* do desempenho dos municípios mais sustentáveis

do país. O *ranking* analisa 100 indicadores temáticos que estabelecem uma visão geral e integrada dos municípios em relação aos ODS. A plataforma impacta de forma significativa na gestão dos municípios, pois define referências e orienta planos de ações nos índices que estão em retrocesso. Para as prefeituras os dados se tornam balizadores para os planos de ações em nível local e servem também de referência para os municípios alcançarem melhores desempenhos, fomentando redes de cooperação entre municípios (Instituto Cidades Sustentáveis, [2023]).

As avaliações são realizadas através de indicadores de desempenho dos municípios e cada município recebe pontuações que vão de 0 a 100. Os indicadores são estabelecidos levando em consideração a relevância do município e a sua aplicabilidade, a metodologia aplicada para estabelecer os índices é realizada pelo Instituto Sustainable Development Solutions Network (SDSN) e os dados são divulgados por meio dos relatórios gerados para o acompanhamento dos ODS nos países membros da ONU. A partir desses índices os governos locais são subsidiados com informações a fim de guiar as políticas públicas locais e estabelecer prioridades frente Suas necessidades mais urgentes. Os 100 indicadores estão descritos no Anexo B e todos eles servem de critério para o *ranking* brasileiro (Instituto Cidades Sustentáveis, [2023]).

Importante destacar que no critério de levantamento de dados para a avaliação de desempenho de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros há uma lacuna nas informações apresentadas pelo governo, pois há um grande desafio para assistência de todo o dimensionamento dos objetivos dentro do território nacional. A ausência de dados fornecidos pelas fontes públicas e oficiais, assim como a ausência de investimentos em tecnologia, impactam diretamente na fluidez das informações. Com a crescente demanda por sistemas de informação nos municípios brasileiros, a capacitação da força de trabalho atinente ao desenvolvimento sustentável e o comprometimento para com a sociedade também são vistos como algo fundamental, no entanto, os investimentos governamentais têm sido escassos (Instituto Cidades Sustentáveis, [2023]).

No sistema de coleta de dados a plataforma IDSC-BR detecta falhas nos locais onde certos índices são classificados como ineficazes ou incompletos, muitas vezes devido à falta de acesso aos dados por parte dos municípios. O Quadro 7 traz algumas dessas lacunas.

Quadro 7 - Lacuna na obtenção de dados dos municípios brasileiros

ODS	Indicador
2	Pesticidas perigosas
2	Eficiência na utilização dos recursos (Nitrogênio, Água)
3	Acessibilidade de serviços de saúde
4	Desenvolvimento na primeira infância
6	Qualidade da água potável
7	Consumo de energia renovável
8	Proteção de direitos trabalhistas
9	Qualidade das infraestruturas
9	Produção de investigação
9	Empregados no setor de pesquisa
9	Patentes e outras medidas de inovação
10	Desigualdade da riqueza
11	Mobilidade social
12	Poluição atmosférica
12	Taxas de reciclagem
13	Emissões de poluentes
14	Emissões de gases de efeito estufa
14	Sustentabilidade do setor da pesca
15	Medidas da biodiversidade oceânica
16	Medidas da biodiversidade terrestre
17	Acesso à justiça
18	Prevalência da corrupção
19	População que se sente em segurança no seu bairro
20	Transparência financeira

Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

As lacunas encontradas durante os levantamentos de dados comprometem os resultados estatísticos de cada município, como consequência os recursos direcionados muitas vezes são ineficientes. O comprometimento do governo, a capacitação do pessoal e o uso de tecnologias direcionadas para o levantamento e mapeamento das necessidades sociais e econômicas são fundamentais para a gestão pública municipal.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo consiste em descrever os aspectos metodológicos utilizados na presente pesquisa, demonstrando os métodos, ferramentas e técnicas de levantamento, a coleta de dados e a análise dos dados.

3.1 CARACTERÍSTICAS

Lakatos e Marconi (2003) estabelecem que a pesquisa científica é uma atividade humana que tem como objetivo conhecer e explicar fenômenos. Como resposta apresenta questões cruciais para a compreensão de fenômenos diversos. Para Freitas (2016) a pesquisa completa deve obedecer a determinadas etapas para o alcance dos objetivos, as quais estão demonstradas no Quadro 8.

Quadro 8 - Etapas da pesquisa científica

Etapas	Ação
Preparação da pesquisa	Seleção, definição e delimitação do problema a ser investigado
Trabalho de campo	Coleta de dados
Processamento de dados	Sistematização e classificação dos dados
Análise e interpretação dos dados	Análise dos dados coletados
Elaboração do relatório de pesquisa	Elaboração e apresentação dos resultados obtidos

Fonte: Adaptado de Freitas (2016).

Gil (2008) estabelece que a investigação científica depende de uma série de fatores intelectuais e técnicos voltados para a construção e alcance dos objetivos. Sendo assim, o método científico se torna um conjunto de processos e operações mentais empregados na investigação.

3.1.1 Característica em relação à abordagem

A presente pesquisa é categorizada como **qualitativa** devido à abordagem do problema. Esse tipo de pesquisa reconhece as interações dinâmicas entre o ambiente e o sujeito em estudo. Essa ligação é essencial, pois a subjetividade do sujeito não pode ser completamente expressa apenas por meio de números, mas de forma complementar por análises. Essa

abordagem delinea a pesquisa de modo que o ambiente e seus agentes se tornem a fonte direta de coleta de dados (Freitas, 2016). No Quadro 9 estão listadas as etapas da pesquisa qualitativa.

Quadro 9 - Etapas da pesquisa qualitativa

Pesquisa qualitativa	
Foco da pesquisa	Qualidade
Frases associadas	fenômenos, interação simbólica
Metas de investigação	Entendimentos, descrições e descobertas
Ambiente	Natural
Amostra	Pequena (limitada)
Coleta de dados	Pesquisador como principal instrumento (entrevista e observações)
Modo de análise	Indutivo (pelo pesquisador)

Fonte: Adaptado de Freitas (2016).

A busca pela compreensão e descrição dos fenômenos explora as características e contextos de forma mais profunda e detalhada. Engers (1994) afirma que a pesquisa qualitativa descreve *etnoi*, cujo significado no dialeto grego é “outros”, essa abordagem descreve a forma ou o modo que as outras pessoas vivem e se comportam. Características dessa pesquisa estão ligadas à profundidade dos dados coletados com o universo de pesquisa, familiaridade do pesquisador com o tema e pela maneira que o pesquisador desenvolve a pesquisa, sempre apoiado em fundamentações teóricas. A partir daí surgem indagações acerca de investigar possíveis cenários ou lacunas ainda não exploradas na literatura (Triviños, 1987).

A pesquisa qualitativa ainda permite escolher as técnicas mais adequadas para alcançar o objetivo e facilita no entendimento de quais questões são mais relevantes e necessitam de maior atenção durante a investigação dos dados. Permite também que os dados qualitativos estabeleçam descrições detalhadas de eventos, situações, pessoas, interações, condutas e suas manifestações (Silva *et al.*, 2018).

Creswell (2014) enfatiza a importância da pesquisa qualitativa como uma abordagem investigativa que busca compreender o significado dos fenômenos sociais do ponto de vista dos participantes, explorando a profundidade e complexidade das experiências humanas. A condução desse tipo de pesquisa destaca a necessidade de abordagens reflexivas e sensíveis aos contextos focados nos participantes afim de gerar *insights* significativos sobre os fenômenos estudados.

3.1.2 Característica em relação à natureza

Quanto à natureza a pesquisa é caracterizada como **aplicada**, cujo objetivo é gerar conhecimentos para aplicação prática norteados à resolução de problemas específicos. Geralmente envolve interesses e verdades locais. A pesquisa aplicada é um tipo de investigação científica que busca resolver problemas específicos do mundo real. Diferente da pesquisa pura, que visa expandir o conhecimento teórico, a pesquisa aplicada se concentra em gerar soluções práticas para desafios concretos (Freitas, 2016).

3.1.3 Característica em relação aos objetivos

Quanto aos objetivos a pesquisa é caracterizada como **exploratória/descritiva/narrativa**. Esse tipo de pesquisa permite que o pesquisador registre e descreva fenômenos e características de uma determinada população. Estabelece relações entre variáveis e técnicas, bem como assume um papel em forma de levantamento. Na pesquisa descritiva os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados (Freitas, 2016).

Para Sampieri, Collado e Lucio (2013) os estudos descritivos visam especificar as propriedades as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer coisa que possa ser submetida a uma análise. Com os dados coletados existe a possibilidade de correlacionar informações a fim de atender os objetivos desejados na pesquisa.

A pesquisa bibliográfica narrativa, também utilizada na pesquisa, é uma abordagem descritiva que se concentra na revisão e na síntese de literatura relevante sobre um determinado tema, sem a aplicação de métodos de coleta de dados primários. Nesse tipo de pesquisa o pesquisador busca identificar, selecionar e analisar criticamente uma variedade de fontes bibliográficas, como livros, artigos científicos, relatórios técnicos e outras publicações acadêmicas (Booth *et al.*, 2016).

Gough e Thomas (2012) ressaltam que a revisão narrativa é uma abordagem valiosa para fornecer uma visão geral interpretativa de um campo de estudo, permitindo, aos pesquisadores, sintetizar e integrar uma variedade de fontes de evidência para construir uma narrativa coesa e informativa.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizada uma **análise documental** direcionada na ferramenta IDSC-BR. Para essa análise foi aplicada a técnica proposta por Laurence Bardin em 1977. A dinâmica de escolha permitiu analisar e entender de forma empírica a evolução do desenvolvimento sustentável, bem como os desafios e oportunidades dos municípios brasileiros que mais se destacaram nos últimos anos para o cumprimento do ODS 11.

Para Bardin (2011) a análise de conteúdo soma-se ao conjunto de ferramentas de cunho metodológico que permanece em constante aperfeiçoamento. Uma das características da análise de conteúdo, para autora, é especificadamente o foco em mensagens alusivas à comunicação. Destaca também que o método de análise de documentos possui três fases, descritas no Quadro 10.

Quadro 10 - Fases da análise de documentos

Análise de conteúdo - Laurence Bardin	
Pré-análise	Organização de conteúdo Leituras flutuantes Escolhas documentais Formulações de hipóteses Elaboração de indicadores
Exploração do material	Operações de codificação Classificação e agregação Construção de categorias
Tratamento dos resultados	Inferência Interpretação

Fonte: Adaptado de Bardin (2011).

Na análise documental da ferramenta IDSC-BR foram estabelecidos, na fase de pré-análise:

- a) A definição do objeto textual pesquisado, onde foi definida qual orientação seria seguida para analisar o vasto conteúdo existente na ferramenta afim de subsidiar conteúdo para criação dos indicadores a serem categorizados na pesquisa. A partir disso definiu-se que o objeto a ser analisado seria a identificação, compreensão e investigação dos 50 municípios que tiveram maior pontuação no monitoramento anual relacionado ao índice de desenvolvimento sustentável;
- b) A leitura flutuante do conteúdo disponibilizado na plataforma do IDSC-BR (<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/introduction>) permitiu analisar os objetivos de criação da ferramenta, seu propósito e quais metodologias foram utilizadas para o levantamento de dados municipais;
- c) Análise, nas escolhas documentais, dos *rankings* existentes e os mapas interativos dos municípios que alcançaram os melhores índices;
- d) Exame dos 50 municípios mais destacados no *ranking* entre os anos de 2022 e 2023, na etapa de formulação de hipóteses e indicadores; os quais foram selecionados como o público-alvo da pesquisa. As hipóteses elaboradas para

direcionar a pesquisa foram derivadas também da análise realizada na ferramenta, considerando alguns elementos, tais como:

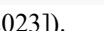
- Padrões e tendências observados nos 50 municípios pesquisados, incluindo características geográficas, demográficas, impacto econômico e ambiental;
- Discrepâncias ou diferenças significativas entre esses municípios que merecem uma investigação mais aprofundada;
- Políticas de desenvolvimento econômico;
- Qualidade da gestão pública;
- Parcerias e sinergias público-privadas;
- Desempenho municipal.

Na Figura 7 e 8, exibe-se a classificação dos municípios brasileiros conforme o IDSC-BR, fornecendo informações sobre classificação, nome e região geográfica, pontuação e desempenho por ODS.

Figura 7 - Classificação para os municípios brasileiros de cumprimento dos ODS

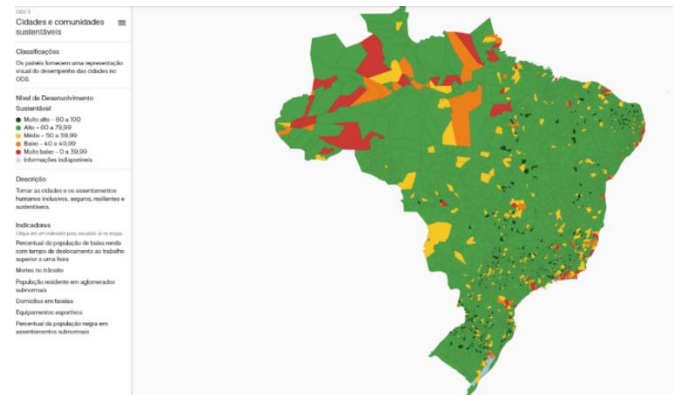
As cidades estão classificadas pela pontuação geral, que mede o progresso total para o cumprimento de todos os 17 ODS. A pontuação varia de zero a 100, sendo que 100 é o limite máximo e indica um desempenho ótimo no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Clique em uma cidade para mais detalhes.

Pesquisar cidade ☐ Cidades Signatárias do PCS Estado: TODOS População: TODOS

Classificação	Cidade	Estado	Pontuação	Desempenho por ODS
1	 São Caetano do Sul	SP	63,42	
2	 Jundirim	SP	63,16	
3	 São Bento do Sapucaí	SP	63,12	
4	 Bragança Paulista	SP	63,09	
5	 Taubaté	SP	63,07	
6	 Santa Rita do Sapucaí	MG	63,00	
7	 Pedreira 	SP	62,51	
8	 Luzerna	SC	62,21	
9	 Jundiaí 	SP	62,14	

Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

Figura 8 - Representação visual do desempenho das cidades nos ODS



Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

Nas análises realizadas os elementos extraídos contribuíram também na formulação de questões aplicadas no questionário. A técnica de Laurence Bardin foi adotada apenas na análise documental extraída da ferramenta de monitoramento municipal, o IDSC-BR. Na fase de exploração do material foi realizado o processo de atribuição das categorias que serviram para nortear e delimitar os temas chaves da pesquisa. No Quadro 11 descreve-se o conteúdo explorado de acordo com as categorias selecionadas.

Quadro 11 - Exploração do material

1 - Codificação Aberta	Práticas de gestão ambiental
	Desenvolvimento econômico sustentável
	Engajamento comunitários e educação municipal
	Planejamento urbano e infraestrutura sustentável
	Preservação de recursos naturais
2 - Codificação Axial	Adoção de tecnologias limpas, auditorias ambientais regulares, certificações de sustentabilidade e gestão de resíduos.
	Promoção de crescimento econômico que leve em consideração os impactos sociais, ambientais e econômicos a longo prazo.
	Envolvimento ativo dos residentes locais no planejamento, implementação e monitoramento de iniciativas municipais.
	Desenvolvimento de estratégias e planos para garantir o crescimento urbano ordenado e a qualidade de vida dos habitantes urbanos.
	Proteção e conservação de recursos naturais, como água, solo, ar, biodiversidade e paisagens.
3 - Codificação Seletiva	Adoção de tecnologias limpas, auditorias ambientais regulares, certificações de sustentabilidade e gestão de resíduos.
	Incentivos para investimentos em indústrias verdes, criação de empregos sustentáveis, apoio a pequenas empresas locais e diversificação econômica.
	Programas de educação ambiental, consultas públicas, criação de grupos de trabalho comunitários e parcerias com escolas e organizações locais.
	Uso eficiente do solo, investimento em transporte público e ciclovias, adoção de padrões de construção verde e desenvolvimento de espaços urbanos verdes.
	Restauração de habitats degradados, implementação de áreas protegidas, regulamentação do uso de recursos naturais e promoção de práticas agrícolas sustentáveis.

Fonte: Elaboração própria a partir de Bardin (2011).

Na terceira fase de análise documental, da ferramenta IDSC-BR, percebeu-se as necessidades desenhadas no Quadro 12, onde a análise dos termos codificados revelou um compromisso abrangente com os princípios do desenvolvimento sustentável em nível municipal, abordando áreas-chave como gestão ambiental, desenvolvimento econômico, engajamento comunitário, planejamento urbano e preservação de recursos naturais. Isso sugere uma abordagem holística e integrada para enfrentar os desafios socioambientais e econômicos pelas comunidades locais visando um futuro mais sustentável e resiliente.

Quadro 12 - Tratamento dos dados

Inferência e interpretação	
Práticas de gestão ambiental	A presença desse termo indica um reconhecimento da importância de gerenciar os impactos ambientais das atividades humanas. Isso sugere uma conscientização sobre a necessidade de políticas e procedimentos para monitorar, mitigar e remediar esses impactos. As práticas de gestão ambiental podem incluir medidas como auditorias regulares, certificações de sustentabilidade e gestão adequada de resíduos.
Desenvolvimento econômico sustentável	A inclusão desse termo destaca o desejo de promover o crescimento econômico de forma que leve em consideração não apenas os aspectos econômicos, mas também os sociais e ambientais a longo prazo. Isso sugere um compromisso com a criação de oportunidades econômicas que não comprometam a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades.
Engajamento comunitário e educação municipal	Esse termo aponta para a importância de envolver ativamente os residentes locais no processo de tomada de decisões municipais e na implementação de projetos. Isso sugere o reconhecimento de que o envolvimento da comunidade é fundamental para o sucesso de iniciativas sustentáveis e que a educação municipal desempenha um papel crucial na conscientização e no empoderamento dos cidadãos para participarem ativamente na construção de um futuro sustentável.
Planejamento urbano e infraestrutura sustentável	A presença desse termo indica uma preocupação com o desenvolvimento urbano ordenado e a criação de ambientes urbanos que sejam sustentáveis e propícios à qualidade de vida. Isso sugere um interesse em promover o uso eficiente do solo, investir em infraestrutura que suporte modos de transporte sustentáveis e promover o desenvolvimento de espaços verdes dentro das áreas urbanas.
Preservação de recursos naturais	Esse termo destaca a importância de proteger e conservar os recursos naturais essenciais para o funcionamento dos ecossistemas e para o bem-estar humano. Isso sugere um compromisso em garantir a proteção da água, solo, ar, biodiversidade e paisagens naturais, bem como em promover práticas agrícolas e de uso da terra que sejam sustentáveis a longo prazo.

Fonte: Elaboração própria a partir de Bardin (2011).

3.1.4 Coleta de dados

Freitas (2016) avalia que a coleta de dados é uma fase do método de pesquisa na qual se objetiva obter informações da realidade a ser explorada. Nesta fase é definido onde e

como será realizada a pesquisa, após definir o tipo de pesquisa, a população e a amostragem. Determina-se também os instrumentos de coleta de dados e a forma de tabulação e análise dos dados adotando técnicas específicas.

Lakatos e Marconi (2003) mencionam que o universo ou a população é o conjunto dos seres que tem representatividade em maiores amplitudes. Já a amostra é uma parcela convenientemente selecionada desta população. Essa amostra deve ser selecionada de acordo com o plano e objetivo determinado para o estudo. As amostras populacionais devem ser selecionadas utilizando de uma regra ou plano. Por ser considerada um subconjunto da população a ser pesquisada, a amostra pode ser probabilística ou não probabilística (Freitas, 2016). As amostras probabilísticas têm, como característica fundamental, a capacidade de originar generalizações estatísticas, uma vez que são fundamentadas em cálculos estatísticos. Por outro lado, as amostras não probabilísticas são constituídas de forma acidental ou intencional, o que acarreta na não generalização dos resultados (Gil, 2008).

Neste estudo optou-se por categorizar a amostra como sendo não probabilística. Este tipo pode ser subdividido em: amostras por acessibilidade ou conveniência; amostras intencionais ou de seleção racional; e amostras por cotas. A escolha recaiu sobre o tipo de amostra por acessibilidade ou conveniência, uma vez que selecionou-se os elementos acessíveis. Dessa forma, dentro de um universo de 50 municípios que mais se destacaram no índice de desenvolvimento das cidades foram escolhidos os dez interessados em participar da pesquisa.

3.1.5 Técnicas de pesquisa

Após a definição metodológica, deve-se definir quais técnicas de pesquisa e coleta de dados serão utilizadas. Além da pesquisa prévia bibliográfica, característica padrão de estudos científicos, são definidas as ferramentas utilizadas na coleta dos dados. As quais podem ser através de observação direta intensiva, onde é realizado observações do pesquisador; ou da observação direta extensiva, que ocorre através da aplicação de questionários e formulários. Os aspectos metodológicos da pesquisa estão descritos no Quadro 13.

Quadro 13 - Aspectos metodológicos da pesquisa

Tipo de pesquisa			Características	
Quanto à natureza	Quanto à forma de abordagem do problema	Quanto aos fins da pesquisa	Quanto aos procedimentos	Tipos de instrumentos

Aplicada	Qualitativa	Exploratória/Descritiva/Narrativa	Bibliográfica	Fontes Bibliográficas
			Análise Documental	Fontes Secundárias de Dados
			Levantamento de dados	Questionário e formulário

Fonte: Elaboração própria (2024).

Analisou-se, na pesquisa, os municípios que têm se destacado no índice de desenvolvimento sustentável das cidades. A coleta de dados foi realizada entre os dez interessados em participar da pesquisa dentro de um universo de 50 municípios com melhor desempenho no IDSC-BR. Devido à natureza da amostragem, que foi não probabilística, foi possível abranger pelo menos 22% dos municípios mais bem classificados de acordo com os IDSC-BR. O levantamento de dados foi realizado através de análise documental complementada por pesquisa bibliográfica. Elementos e fatores relacionados à sustentabilidade municipal foram destacados, contribuindo para o aumento do nível de desenvolvimento dos municípios.

A coleta de dados proporcionou o levantamento de dados no sentido de entender as melhores práticas adotadas pelos municípios e a aplicabilidade de suas políticas públicas em prol do desenvolvimento social, econômico e ambiental, principalmente nas ações e metas impostas pelo ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis. A pesquisa foi conduzida mediante contato estabelecido com as secretarias municipais de meio ambiente, utilizando ligações telefônicas e e-mails como formas de comunicação. No Quadro 14 os 50 municípios que se destacaram no IDSC-BR 2023/2024 e para os quais foi enviado o formulário de pesquisa.

Os dados foram coletados junto às prefeituras municipais através de questionários *on-line* enviados para os representantes municipais, questionários estes hospedados na plataforma Google Forms, cujo modelo está no Apêndice B. As ferramentas utilizadas para a obtenção dos dados incluíram o envio de e-mails institucionais direcionados às secretarias de sustentabilidade e meio ambiente de cada prefeitura. A pesquisa foi direcionada aos representantes ligados ao plano de gestão e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social, econômico e ambiental. Todos os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme apresentado no Apêndice A desta dissertação.

Atualmente todas as prefeituras pesquisadas possuem secretarias ativas, com representação disponível para a sociedade. Em conformidade com as diretrizes da Lei de Proteção de Dados (LGPD), todos os dados coletados foram tratados com rigorosos critérios de proteção e transparência. Os e-mails enviados foram confirmados por meio de ligações junto às

suas respectivas secretarias. Um cronograma foi estabelecido para organizar a análise das respostas, permitindo tempo para o pesquisador analisar os resultados e elaborar informações mais concretas para cada município.

Quadro 14 - Público-alvo da pesquisa

Ranking IDSC - BR	Cidade	Estado	Ranking/ IDSC - BR	Cidade	Estado
1	São Caetano do Sul	SP	26	Santos	SP
2	Jumirim	SP	27	Bilac	SP
3	São Bento do Sapucaí	SP	28	Gabriel Monteiro	SP
4	Bragança Paulista	SP	29	Mendonça	SP
5	Taguaí	SP	30	Itajubá	MG
6	Santa Rita do Sapucaí	SP	31	Serra Negra	SP
7	Pedreira	SP	32	Timburi	SP
8	Luzerna	SC	33	Nova Serrana	MG
9	Jundiaí	SP	34	Iracemápolis	SP
10	Vinhedo	SP	35	Catanduva	SP
11	Boracéia	SP	36	Bocaina	SP
12	Bady Bassitt	SP	37	Garça	SP
13	Silveiras	SP	38	Cajuru	SP
14	Indaiatuba	SP	39	Dolcinópolis	SP
15	Cerquillo	SP	40	Bernadino de Campos	SP
16	Lençóis Paulista	SP	40	Jaraguá do Sul	SC
17	Fernandópolis	SP	42	Saltinho	SP
18	Itajobi	SP	43	Ilha Solteira	SP
19	Elisiário	SP	44	Orleans	SC
20	Vitória Brasil	SP	45	Balneário Camboriú	SC
21	Cachoeira Dourada	MG	46	Urânia	SP
22	Osvaldo Cruz	SP	47	Cabrália Paulista	SP
23	Araras	SP	48	Limeira	SP
24	Marapoama	SP	49	Urupês	SP
25	Piraju	SP	50	Itatiba	SP

Fonte: Elaboração própria (2024).

No Quadro 15 seguem listados os municípios que responderam a pesquisa.

Quadro 15 - Municípios brasileiros que responderam a pesquisa

Classificação	Cidade	Estado	Pontuação
13	Silveiras	SP	61,60
7	Pedreira	SP	62,51
9	Jundiaí	SP	62,14
23	Araras	SP	60,83

20	Vitória Brasil	SP	60,99
8	Luzerna	SC	62,21
17	Fernandópolis	SP	61,14
2	Jumirim	SP	63,16
27	Bilac	SP	60,70
42	Saltinho	SP	60,09

Fonte: Adaptado de Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

O método proporcionou uma análise mais profunda e uma construção robusta de dados relevantes para a pesquisa, gerando conteúdo científico e empírico capaz de beneficiar os interessados no desenvolvimento sustentável dos municípios brasileiros.

A análise resultante dos questionários aplicados foi relacionada a *insights* atribuídos no levantamento e análise documental, onde foi aplicada a técnica de Bardin (2011). Esta metodologia permite uma investigação sistemática do conteúdo, buscando identificar temas, padrões e significados subjacentes. Inicialmente os questionários foram transcritos na íntegra e as respostas organizadas para facilitar a análise. Em seguida foi realizada uma leitura cuidadosa do material coletado junto aos respondentes para familiarização de como o conteúdo e identificação de ideias-chave foram elaborados. Posteriormente foram definidas categorias de análise com base nos objetivos da pesquisa e nos temas emergentes adotados no roteiro de perguntas. Essas categorias serviram como guia para a codificação do conteúdo e análise dos resultados.

Durante o processo de codificação foram utilizadas técnicas de análise qualitativa para interpretar e contextualizar os dados, buscando compreender os padrões, nuances e relações entre os diferentes temas e subtemas. Por fim, os resultados da análise foram interpretados e apresentados de forma aprofundada, destacando as principais conclusões e *insights* obtidos a partir das respostas. O conteúdo destas ações está apresentado na seção de resultados da pesquisa por município.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

A análise dos dados foi feita seguindo as categorias selecionadas para tratamento dos dados (Quadro 12). Assim, segundo a codificação de dados voltados para as Práticas de Gestão Ambiental, foi possível identificar que: o estado de São Paulo, segundo os critérios de avaliação do IDSC-BR, destaca-se como o estado mais sustentável do país, conforme o levantamento de índices em 2023. Atualmente, 100% da população do estado possui acesso aos serviços de abastecimento de água, superando a média estadual de 96,6% e a nacional de 84,2%. Além disso, 99,1% da população é atendida com coleta de resíduos domiciliares. Em relação à coleta seletiva, São Paulo recupera 0,85% do total de resíduos coletados, enquanto a média nacional é de 3,23%.

Em relação à categoria Desenvolvimento Econômico, São Caetano do Sul destaca-se como líder nacional em desempenho, com 100% da população tendo acesso à água potável. Em 2019 o município investiu R\$ 2.234,03 por habitante em saúde, superando a referência nacional de R\$ 1.300,00 per capita. O PIB municipal per capita atingiu R\$ 83.860,42 em 2018, já alcançando a meta do ODS 8 com R\$ 38.000,00. São Caetano do Sul garante 100% de sua população com acesso ao esgotamento sanitário e à coleta de resíduos sólidos, alcançando uma taxa de recuperação total de resíduos sólidos de 1,82%, isso reflete nas questões voltadas para o Engajamento Comunitário e na Educação Municipal (Brasil, 2021).

Na análise documental, da ferramenta de monitoramento municipal, identificou-se que nas Regiões Norte e Nordeste o progresso relacionado ao desenvolvimento sustentável tem sido frágil e em alguns municípios, como por exemplo, Buriticupu (MA), Ipixuma (AM), Anapu (PA), Centro Novo do Maranhão (MA) e Acará (PA), que ficaram ranqueados entre os cinco municípios com pior desempenho em desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Isso remete à ausência de políticas voltadas para o Planejamento Urbano e a Infraestrutura Sustentável.

Os 100 municípios que apresentaram menor progresso nos índices de desenvolvimento sustentável estão localizados nas regiões Norte e Nordeste do país. O orçamento municipal para saúde no estado do Macapá é de R\$ 329,51. Apenas 48,67% da população são atendidas por equipes de saúde da família; 37,56% da população têm acesso à água potável e apenas 10,78% da população tem acesso a coleta e tratamento de esgoto. Em 2020 o índice de Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente foi de 0%. Esses, dentre outros dados, tornam o Macapá a capital brasileira com o pior desempenho de sustentabilidade urbana no Brasil (Instituto Cidades Sustentáveis, [2023]).

No campo Radar por ODS apresenta-se um retrocesso municipal relacionado às ODS 4 - Educação de qualidade; ODS 5 - Igualdade de gênero; ODS 7 - Energia renovável e limpa; ODS 8 - Trabalho digno e crescimento econômico; ODS 12 - Produção e consumo sustentável; ODS 13 - Ação climática; e ODS 17 - Parcerias para a implementação dos objetivos (Instituto Cidades Sustentáveis, [2023]).

A região Norte se destaca também pela alta dependência dos recursos públicos da União. No ano de 2014 dos 385 pesquisados, 94% geraram 25% de suas receitas próprias, a União financiou 38% dos estados e 48% dos municípios localizados na região Norte do Brasil (Instituto Cidades Sustentáveis, [2023]).

Jundiaí (SP), um dos municípios que mais se destacaram no ODS 15 - Vida terrestre, imprime um grande impacto na evolução e preservação dos recursos naturais da região. Fernandópolis (SP), por sua vez, está com pontuação de 76,85 nas ações contra as mudanças globais de clima. Resultados semelhantes a estes contribuem positivamente para as questões de Preservação de Recursos Naturais.

A seguir apresenta-se a análise dos dados coletados dos municípios respondentes.

4.1 SILVEIRAS – SÃO PAULO

O município de Silveiras (SP) ocupa o 13º lugar no *ranking* nacional no desempenho por ODS. Sua pontuação geral é de 61,60 (Quadro 16).

Quadro 16 - Desempenho municipal por ODS de Silveiras (SP)

ODS		PONTUAÇÃO 0 A 100
ODS 1	Erradicação da pobreza	54,66
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	48,19
ODS 3	Saúde e bem-estar	74,04
ODS 4	Educação de qualidade	54,76
ODS 5	Igualdade de gênero	33,94
ODS 6	Água potável e saneamento	76,83
ODS 7	Energia acessível e limpa	71,61
ODS 8	Trabalho digno e crescimento econômico	51,12
ODS 9	Indústria inovação e infraestrutura	11,62
ODS 10	Redução das desigualdades	67,79
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	82,72
ODS 12	Produção e consumo sustentáveis	100
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	58,37
ODS 14	Vida na água	93,33
ODS 15	Vida terrestre	67,92
ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes	80,16
ODS 17	Parcerias para implementação dos objetivos	20,07

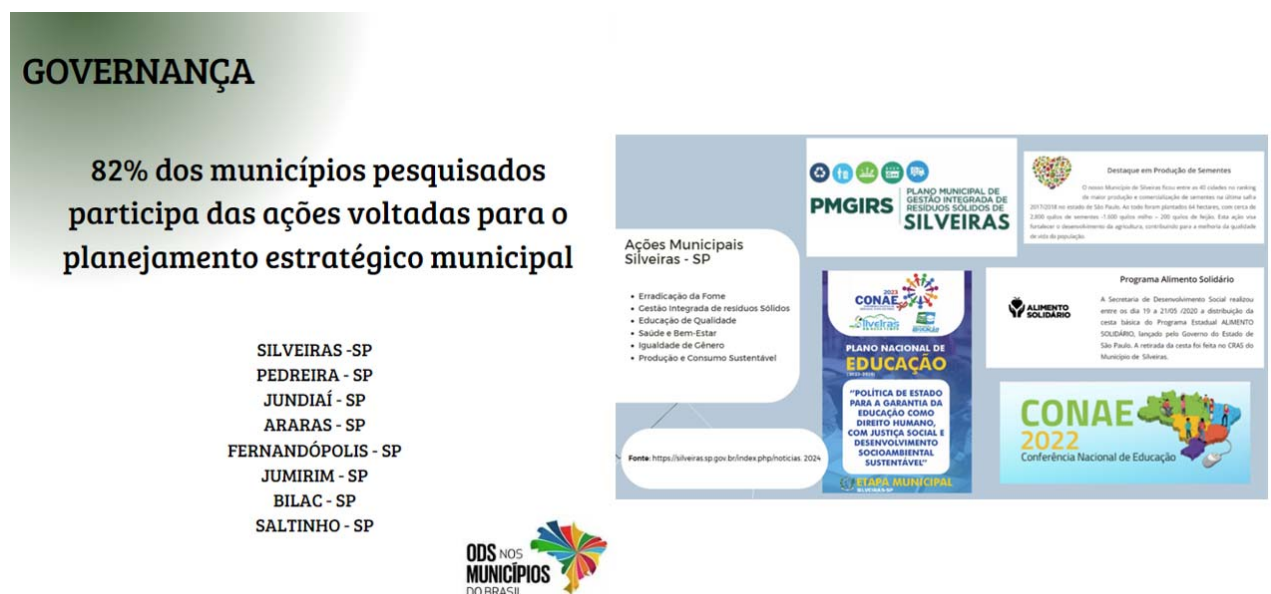
Fonte: Adaptado de Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

O município possui 6.186 habitantes, área da unidade territorial de 414,782km² e densidade demográfica de 14.61 habitante por quilometro quadrado. O salário médio mensal por trabalhador é de 2 salários mínimos, taxa de escolarização de 98,2% (faixa etária entre 6 e 14 anos) e PIB per capita de R\$ 14.108,81. Apresenta 71,4% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, 64% dos domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 45,2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (Brasil, 2024).

Os resultados apontam que o município de Silveiras (SP) ainda está iniciando o processo de conscientização, tanto dos servidores quanto da população em geral, em relação aos assuntos voltados para o desenvolvimento sustentável. De acordo com a secretaria eles não possuem acesso ao Plano Plurianual (PPA) e não foi mencionado o nível de conhecimento do IDSC-BR. O município avalia que a União e os Estados poderiam levar mais a sério as ações municipais, alegam que se envolvem geralmente por questões voltadas para o retorno financeiro e isso prejudica os programas municipais.

O município adota, através da equipe de defesa civil, ações de conscientização, principalmente na zona rural. Tais ações, por sua vez, levam, à população, projetos voltados para o bem-estar e saúde (Figura 9).

Figura 9 - Ações municipais em Silveiras (SP)



Fonte: Disponível em: <https://silveiras.sp.gov.br/index.php/noticias>. Acesso em: 20 fev. 2024.

O município lista que os maiores desafios a serem enfrentados são: conscientização de todos a respeito de ações e boas práticas sustentáveis e o saneamento rural, principalmente

na adoção de implantação de fossas ecológicas em todas as propriedades rurais, isso impediria a poluição dos rios e nascentes da região. Por fim, os investimentos governamentais devem ser mais estruturados e dimensionados para alcançar os objetivos.

4.2 PEDREIRA – SÃO PAULO

O município de Pedreira (SP) ocupa o 7º lugar no *ranking* nacional de desempenho por ODS. Sua pontuação geral é de 62,51. No Quadro 17 está o desempenho municipal por ODS.

Quadro 17 - Desempenho municipal por ODS de Pedreira (SP)

ODS		PONTUAÇÃO 0 A 100
ODS 1	Erradicação da pobreza	52,4
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	39,51
ODS 3	Saúde e bem-estar	39,51
ODS 4	Educação de qualidade	57,75
ODS 5	Igualdade de gênero	51,39
ODS 6	Água potável e saneamento	81,36
ODS 7	Energia acessível e limpa	79,57
ODS 8	Trabalho digno e crescimento econômico	59,08
ODS 9	Indústria inovação e infraestrutura	12,83
ODS 10	Redução das desigualdades	66,91
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	76,37
ODS 12	Produção e consumo sustentáveis	67,84
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	73,34
ODS 14	Vida na água	98,06
ODS 15	Vida terrestre	66,51
ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes	82,54
ODS 17	Parcerias para implementação dos objetivos	24,75

Fonte: Adaptado de Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

Possui 43.112 habitantes, área da unidade territorial de 108,817km² e densidade demográfica de 396,19 habitante por quilômetro quadrado. O salário médio mensal por trabalhador é de 2,1 salários mínimos e taxa de escolarização de 98,1% (faixa etária entre 6 e 14 anos). O PIB per capita é de R\$ 28.459,75. Apresenta 97,6% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, 80,9% dos domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 69,9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (Brasil, 2024).

Os resultados indicam que Pedreira considera o conhecimento de seus servidores apenas mediano em relação ao desenvolvimento sustentável. Além disso, identificou-se que as interações entre os entes federativos são consideradas insuficientes quando voltadas para essa temática. Houve menção de que nem todos os programas planejados no PPA puderam ser implementados devido à escassez de recursos e incentivos.

O município ainda não estabeleceu uma adequada promoção de sinergias com outras localidades em relação ao desenvolvimento sustentável, embora tenha ações voltadas para educação e conscientização sobre práticas sustentáveis, além de incentivos à economia local.

Há programas em vigor para o consumo responsável e a gestão consciente de resíduos sólidos, assim como práticas voltadas para o controle e prevenção de desastres climáticos. A coleta e tratamento de esgoto atinge 98% de cobertura, todas as residências têm acesso à água potável e existem programas robustos de proteção da vida silvestre (Figura 10).

Figura 10 - Ações municipais em Pedreira (SP)



Fonte: Disponível em: www.pedreira.sp.gov.br/interesse-publico. Acesso em: 20 fev. 2024.

Os principais pontos a serem aprimorados incluem melhores práticas para erradicar a pobreza, ampliar o setor industrial e promover sinergias com outros municípios. O maior desafio identificado para alcançar os objetivos sustentáveis é a capacitação e a falta de mão de obra qualificada, juntamente com a escassez de verbas provenientes dos entes federativos.

4.3 JUNDIAÍ – SÃO PAULO

Jundiaí (SP) ocupa o 9º lugar no *ranking* nacional no desempenho por ODS. Sua pontuação geral é de 62,14. No Quadro 18 está o desempenho municipal por ODS.

Quadro 18 - Desempenho municipal por ODS de Jundiaí (SP)

ODS		PONTUAÇÃO 0 A 100
ODS 1	Erradicação da pobreza	54,85
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	44,08
ODS 3	Saúde e bem-estar	70,92
ODS 4	Educação de qualidade	59,85
ODS 5	Igualdade de gênero	41,2
ODS 6	Água potável e saneamento	90,31
ODS 7	Energia acessível e limpa	88,82
ODS 8	Trabalho digno e crescimento econômico	68,95
ODS 9	Indústria inovação e infraestrutura	16,79
ODS 10	Redução das desigualdades	61,3
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	50,25
ODS 12	Produção e consumo sustentáveis	66,87
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	94,53
ODS 14	Vida na água	100
ODS 15	Vida terrestre	66,49
ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes	51,33
ODS 17	Parcerias para implementação dos objetivos	29,8

Fonte: Adaptado de Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

Município com 443.221 habitantes, área da unidade territorial de 431,204km² densidade demográfica de 1.027,87 habitante por quilômetro quadrado. Salário médio mensal por trabalhador de 3,3 salários mínimos, taxa de escolarização de 98,2% (faixa etária entre 6 e 14 anos) e PIB per capita de R\$ 122.315,59. Apresenta 96,6% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, 91,6% dos domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 69,2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (Brasil, 2024).

Segundo os dados coletados na pesquisa existem tanto oportunidades quanto desafios no caminho para o cumprimento das metas de sustentabilidade urbana em Jundiaí. Um dos desafios identificados é o modelo de incentivos governamentais e a burocracia, que dificultam o acesso aos recursos disponíveis para implementar práticas sustentáveis. Além disso, há o reconhecimento de um nível baixo de conhecimento entre os servidores municipais sobre desenvolvimento sustentável, destacando a necessidade de capacitação e sensibilização nessa área.

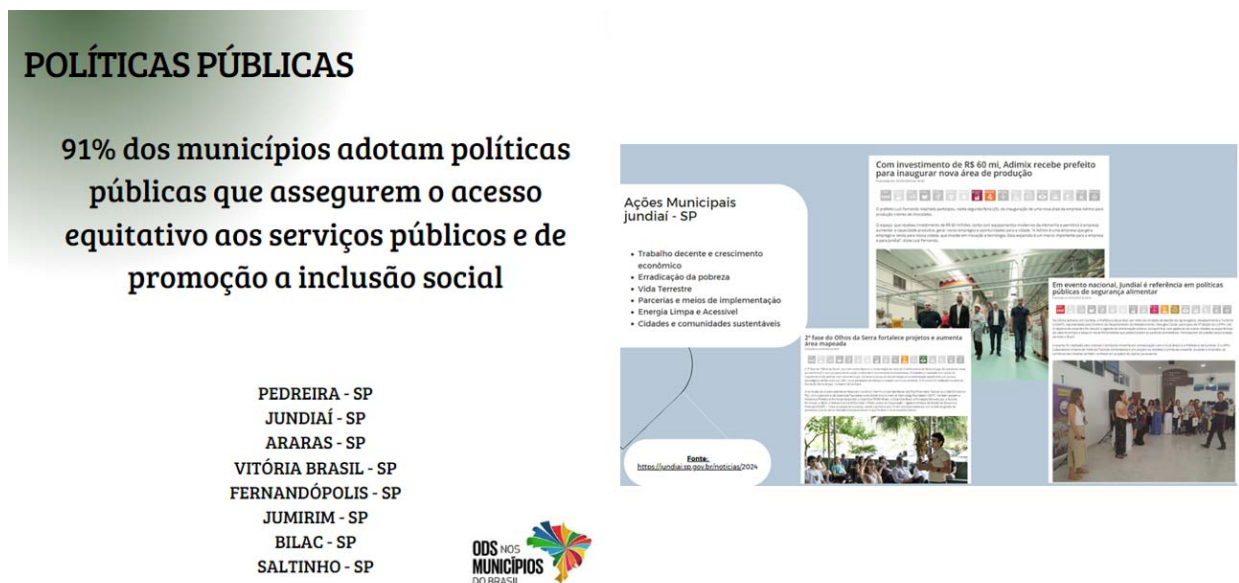
A insuficiência de tratativas entre os entes federativos e a escassez de recursos e incentivos também representam desafios significativos, afetando a implementação de

programas planejados no PPA. No entanto, as parcerias e sinergias com outros municípios oferecem oportunidades para superar esses desafios e promover ações de sustentabilidade.

Embora haja iniciativas educativas sobre práticas sustentáveis, ainda falta o desenvolvimento de ações específicas de incentivo à economia local e de programas de gestão consciente de resíduos sólidos. No entanto, práticas voltadas para o controle de desastres climáticos estão sendo adotadas, evidenciando uma oportunidade para expandir essas iniciativas.

A falta de um planejamento urbano municipal voltado para a reutilização e regeneração de áreas degradadas é outro desafio identificado. No entanto, políticas de requalificação urbana baseadas na natureza, uma política de mobilidade que priorize o transporte coletivo e uma política habitacional abrangente oferecem oportunidades para melhorar a sustentabilidade urbana (Figura 11).

Figura 11 - Ações municipais em Jundiaí (SP)



Fonte: Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2024>. Acesso em: 20 fev. 2024.

O maior desafio enfrentado por Jundiaí está na esfera cultural, que influencia a distribuição de recursos e dificulta a adoção de melhores práticas de sustentabilidade. A escassez de incentivos governamentais e a burocracia para acessar recursos também representam desafios significativos.

4.4 ARARAS – SÃO PAULO

O município de Araras (SP), no desempenho por ODS, ocupa o 23º lugar no *ranking* nacional. Sua pontuação geral é de 54,48. No Quadro 19 está o desempenho municipal por ODS.

Quadro 19 - Desempenho municipal por ODS de Araras (SP)

ODS		PONTUAÇÃO 0 A 100
ODS 1	Erradicação da pobreza	56,48
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	44,94
ODS 3	Saúde e bem-estar	67,04
ODS 4	Educação de qualidade	56,54
ODS 5	Igualdade de gênero	61,76
ODS 6	Água potável e saneamento	87,05
ODS 7	Energia acessível e limpa	83,14
ODS 8	Trabalho digno e crescimento econômico	59,20
ODS 9	Indústria inovação e infraestrutura	14,53
ODS 10	Redução das desigualdades	68,68
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	74,46
ODS 12	Produção e consumo sustentáveis	100
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	82,42
ODS 14	Vida na água	70
ODS 15	Vida terrestre	26,79
ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes	58,99
ODS 17	Parcerias para implementação dos objetivos	22,06

Fonte: Adaptado de Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

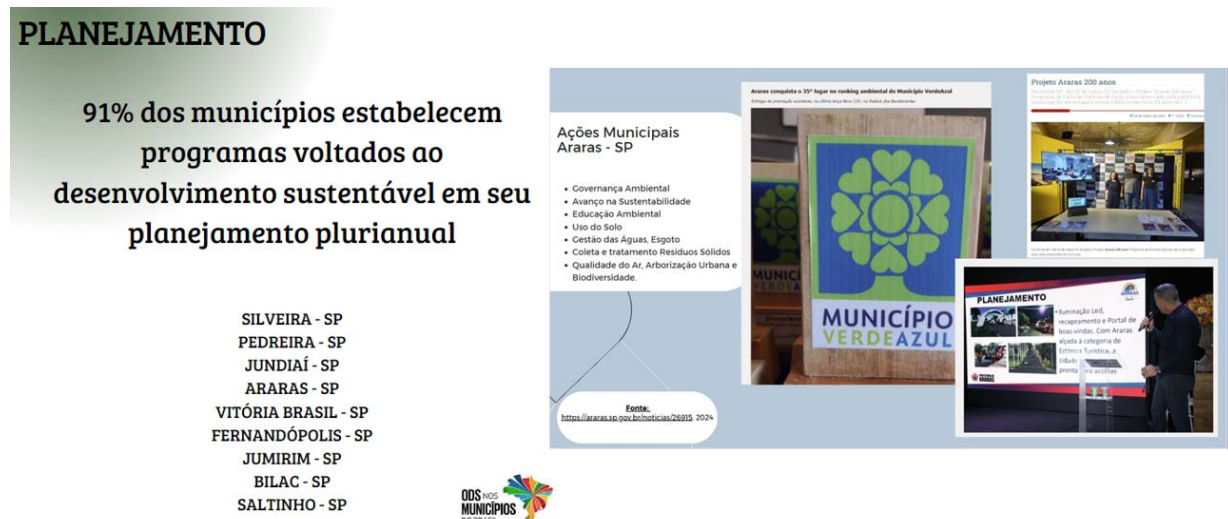
Possui 130.866 habitantes, área da unidade territorial de 431,204km² densidade demográfica de 202,95 habitante por quilômetro quadrado, salário médio mensal por trabalhador de 2,6 salários mínimos, taxa de escolarização de 97,5% (faixa etária entre 6 e 14 anos) e PIB per capita de R\$ 47.370,22. Apresenta 98,6% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, 84,2% dos domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 34,9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (Brasil, 2024).

Os resultados revelaram que o município apresenta tanto oportunidades quanto desafios no contexto do desenvolvimento sustentável. Uma oportunidade identificada é a presença de uma equipe de gestão ativa e comprometida com o planejamento estratégico para questões sustentáveis, estabelecendo cronogramas e ações no PPA. Apesar de considerarem o conhecimento dos servidores como mediano, há familiaridade com a ferramenta IDSC-BR. No entanto, percebem a necessidade de melhorar as tratativas entre os entes federativos nesse âmbito.

Destaca-se que os programas do PPA foram implementados até o momento e as parcerias com outros municípios têm sido benéficas para ações sustentáveis. Além disso, há

iniciativas educativas sobre práticas sustentáveis, políticas de acesso equitativo aos serviços públicos e ações para incentivar a economia local. No entanto, ainda há lacunas em programas de consumo responsável, gestão de resíduos sólidos e prevenção de desastres climáticos (Figura 12).

Figura 12 - Ações Municipais em Araras (SP)



Fonte: Disponível em: <https://araras.sp.gov.br/noticias/26915>. Acesso em: 20 fev. 2024.

Em relação aos recursos, afirmam que os do governo têm sido adequados. O município possui um planejamento urbano focado na reutilização e regeneração de áreas degradadas, com destaque para a arborização e controle do uso do solo. No entanto, áreas como gestão de resíduos sólidos, distribuição de água e tratamento de efluentes necessitam de melhorias, assim como a política de educação ambiental. Por outro lado, o maior desafio enfrentado é a limitação de recursos humanos e financeiros, juntamente com a ausência de incentivos governamentais para alcançar o ODS 11 da ONU.

4.5 VITÓRIA BRASIL – SÃO PAULO

O município de Vitória Brasil (SP), no desempenho por ODS, ocupa o 20º lugar no *ranking* nacional. Sua pontuação geral é de 60,99. No Quadro 20 está o desempenho municipal por ODS.

Quadro 20 - Desempenho municipal por ODS de Vitória Brasil (SP)

ODS		PONTUAÇÃO 0 A 100
ODS 1	Erradicação da pobreza	48,60
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	52,42
ODS 3	Saúde e bem-estar	65,62
ODS 4	Educação de qualidade	61,42
ODS 5	Igualdade de gênero	30,07
ODS 6	Água potável e saneamento	94,42
ODS 7	Energia acessível e limpa	75,93
ODS 8	Trabalho digno e crescimento econômico	60,66
ODS 9	Indústria inovação e infraestrutura	1,13
ODS 10	Redução das desigualdades	63,36
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	94,13
ODS 12	Produção e consumo sustentáveis	100
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	62,14
ODS 14	Vida na água	96
ODS 15	Vida terrestre	20,58
ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes	80,16
ODS 17	Parcerias para implementação dos objetivos	30,27

Fonte: Adaptado de Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

A cidade possui 1.794 habitantes, área da unidade territorial de 49,832km² densidade demográfica de 36 habitante por quilômetro quadrado; salário médio mensal por trabalhador de 2,2 salários mínimos; taxa de escolarização de 98,5% (faixa etária entre 6 e 14 anos) e PIB per capita de R\$ 23.278,62. Apresenta 81,2% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, 99,6% dos domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 5,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (Brasil, 2024).

No município de Vitória Brasil, em São Paulo, há uma interseção entre oportunidades e desafios para o atingimento das metas da Agenda 2030. A falta de participação ativa da equipe de gestão no planejamento estratégico para questões de desenvolvimento sustentável representa um desafio significativo. A avaliação de conhecimento superficial dos servidores municipais sobre o tema é outro obstáculo a ser superado.

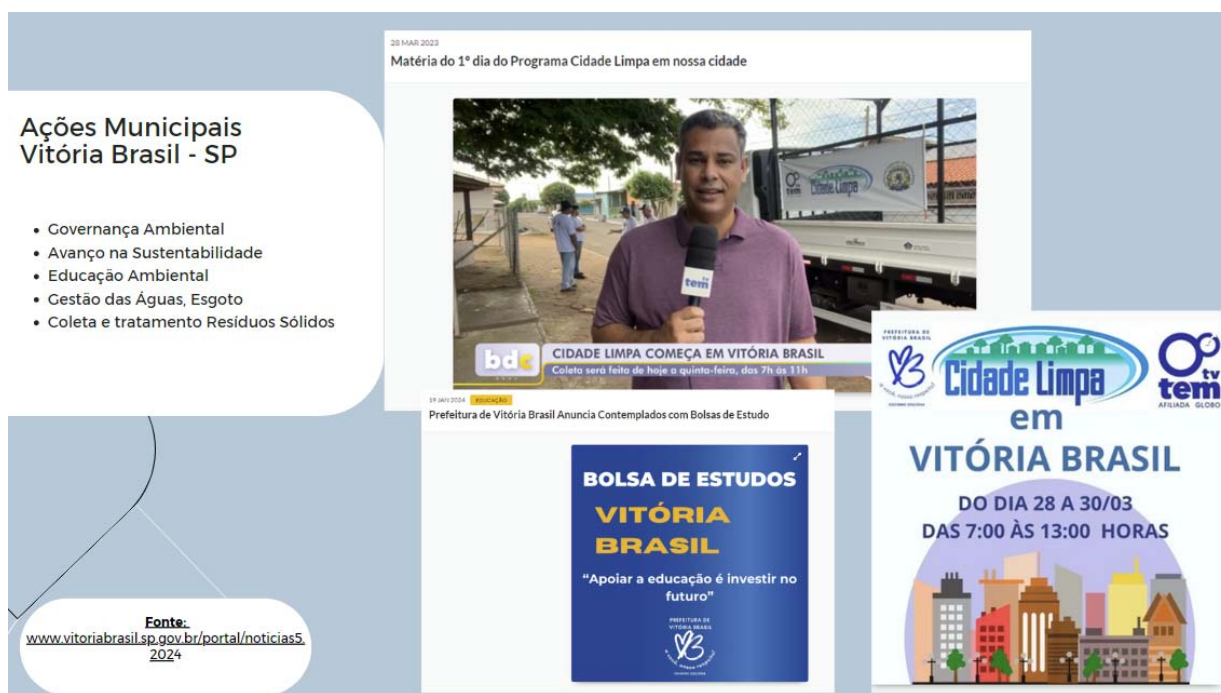
Apesar disso, estabelecem cronogramas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável no PPA, o que oferece uma oportunidade para a implementação de iniciativas sustentáveis. No entanto, a falta de conhecimento sobre ferramentas como o IDSC-BR e a insuficiência das tratativas entre os entes federativos podem limitar a eficácia dessas ações.

A implementação dos programas planejados no PPA representa uma oportunidade concreta para avançar na direção das metas da Agenda 2030, mas a falta de sinergias com outros municípios diminui o potencial de impacto dessas iniciativas. As ações voltadas para educação e esclarecimento sobre práticas sustentáveis, bem como políticas que garantem acesso equitativo aos serviços públicos e inclusão social, são aspectos positivos a serem fortalecidos.

A ausência de programas específicos de consumo responsável, gestão consciente de resíduos sólidos e práticas consolidadas de controle e prevenção de desastres climáticos são áreas que exigem atenção imediata. Enquanto os recursos de governo têm atendido as ações de desenvolvimento sustentável, a falta de um planejamento relacionado ao desenho urbano municipal focado na reutilização e regeneração de áreas abandonadas ou degradadas é uma lacuna significativa.

Por outro lado, a coleta de lixo reciclável, a limpeza de terrenos urbanos e o incentivo da população nas questões ambientais demonstram áreas de sucesso que podem ser ampliadas. Os pontos a serem melhorados incluem uma organização mais eficaz, planejamento mais abrangente e ações de incentivo governamental voltadas para políticas públicas de desenvolvimento sustentável (Figura 13).

Figura 13 - Ações municipais em Vitória Brasil (SP)



Fonte: Disponível em: www.vitoriabrasil.sp.gov.br/portal/noticias5.2024. Acesso em: 20 fev. 2024.

O maior desafio enfrentado pelo município está na conscientização da população sobre os problemas enfrentados e a importância do engajamento em soluções sustentáveis. Isso destaca a necessidade de uma abordagem abrangente e inclusiva para promover mudanças significativas rumo ao desenvolvimento sustentável em Vitória Brasil.

4.6 LUZERNA – SANTA CATARINA

Vitória Brasil (SP), no desempenho por ODS, ocupa o 8º lugar no *ranking* nacional. Sua pontuação geral é de 62,21. No Quadro 21 está o desempenho municipal por ODS.

Quadro 21 - Desempenho Municipal por ODS de Luzerna (SC)

ODS		PONTUAÇÃO 0 A 100
ODS 1	Erradicação da pobreza	45,65
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	50,08
ODS 3	Saúde e bem-estar	80,62
ODS 4	Educação de qualidade	66,85
ODS 5	Igualdade de gênero	53
ODS 6	Água potável e saneamento	83,12
ODS 7	Energia acessível e limpa	54,5
ODS 8	Trabalho digno e crescimento econômico	76,93
ODS 9	Indústria inovação e infraestrutura	32,71
ODS 10	Redução das desigualdades	75,62
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	81,17
ODS 12	Produção e consumo sustentáveis	69,38
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	65,35
ODS 14	Vida na água	83,33
ODS 15	Vida terrestre	27,1
ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes	87,3
ODS 17	Parcerias para implementação dos objetivos	24,84

Fonte: Adaptado de Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

Possui 5.794 habitantes, área da unidade territorial de 117,099km² densidade demográfica de 49,48 habitante por quilômetro quadrado. Salário médio mensal por trabalhador de 2,6 salários mínimos, taxa de escolarização de 99,6% (faixa etária entre 6 e 14 anos) e PIB per capita de R\$ 41.919,87. Apresenta 82% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, 64,7% dos domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 21,9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (Brasil, 2024).

No município a equipe de gestão não participa ativamente do planejamento estratégico para questões de desenvolvimento sustentável, o que representa um desafio significativo. Além disso, o conhecimento especializado dos servidores apenas em setores de licitações ambientais limita a capacidade de abordar questões mais amplas de sustentabilidade. No entanto, a estabelecimento de cronogramas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável no PPA, juntamente com o conhecimento sobre a ferramenta de IDSC-BR, oferece uma oportunidade para melhorar a eficácia das iniciativas sustentáveis. O fato de os programas planejados no PPA terem sido implementados até o momento, embora sejam genéricos e focados principalmente na manutenção municipal, representa outro aspecto positivo.

A falta de sinergias com outros municípios representa um desafio adicional, pois limita o potencial de cooperação e compartilhamento de recursos para iniciativas sustentáveis mais amplas. No entanto, as ações voltadas para a educação, esclarecimento sobre práticas sustentáveis, acesso equitativo aos serviços públicos e inclusão social demonstram um compromisso positivo com o desenvolvimento sustentável. A ausência de ações exclusivas de incentivo à economia local e de programas específicos de consumo responsável e gestão consciente de resíduos sólidos são áreas que exigem atenção imediata. Por outro lado, a existência de práticas consolidadas voltadas para o controle e prevenção de desastres climáticos representa um ponto forte que pode ser ampliado.

Embora os recursos do governo tenham atendido até agora as ações de desenvolvimento sustentável, a falta de um planejamento relacionado ao desenho urbano municipal focado na reutilização e regeneração de áreas abandonadas ou degradadas é uma lacuna significativa. Programas e atividades desenvolvidas para atender à população, como os realizados pelas equipes de saúde da família, a cobertura vacinal e o abastecimento de água, contribuíram para o desenvolvimento sustentável do município, mas há áreas a serem melhoradas, como a vulnerabilidade energética, a escassez de áreas de florestas e a baixa quantidade de estabelecimentos que praticam agricultura orgânica (Figura 14).

Figura 14 - Ações municipais em Luzerna (SC)



Fonte: Disponível em: <https://luzerna.sc.gov.br/2024>. Acesso em: 20 fev. 2024.

O maior desafio enfrentado pelo município de Luzerna está na dificuldade de firmar parcerias com outros municípios, entidades e demais entes federativos, o que limita a

capacidade de colaboração e cooperação para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável.

4.7 FERNANDÓPOLIS – SÃO PAULO

Fernandópolis (SP), no desempenho por ODS, ocupa o 17º lugar no *ranking* nacional e sua pontuação geral é 61,14. No Quadro 22 está o desempenho municipal por ODS.

Quadro 22 - Desempenho municipal por ODS de Fernandópolis (SP)

ODS		PONTUAÇÃO 0 A 100
ODS 1	Erradicação da pobreza	53,64
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	48,72
ODS 3	Saúde e bem-estar	71,13
ODS 4	Educação de qualidade	59,17
ODS 5	Igualdade de gênero	29,02
ODS 6	Água potável e saneamento	95,36
ODS 7	Energia acessível e limpa	80,36
ODS 8	Trabalho digno e crescimento econômico	59,62
ODS 9	Indústria inovação e infraestrutura	26,11
ODS 10	Redução das desigualdades	64,46
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	72,34
ODS 12	Produção e consumo sustentáveis	68,03
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	76,85
ODS 14	Vida na água	96,53
ODS 15	Vida terrestre	33,48
ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes	82,54
ODS 17	Parcerias para implementação dos objetivos	22,10

Fonte: Adaptado de Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

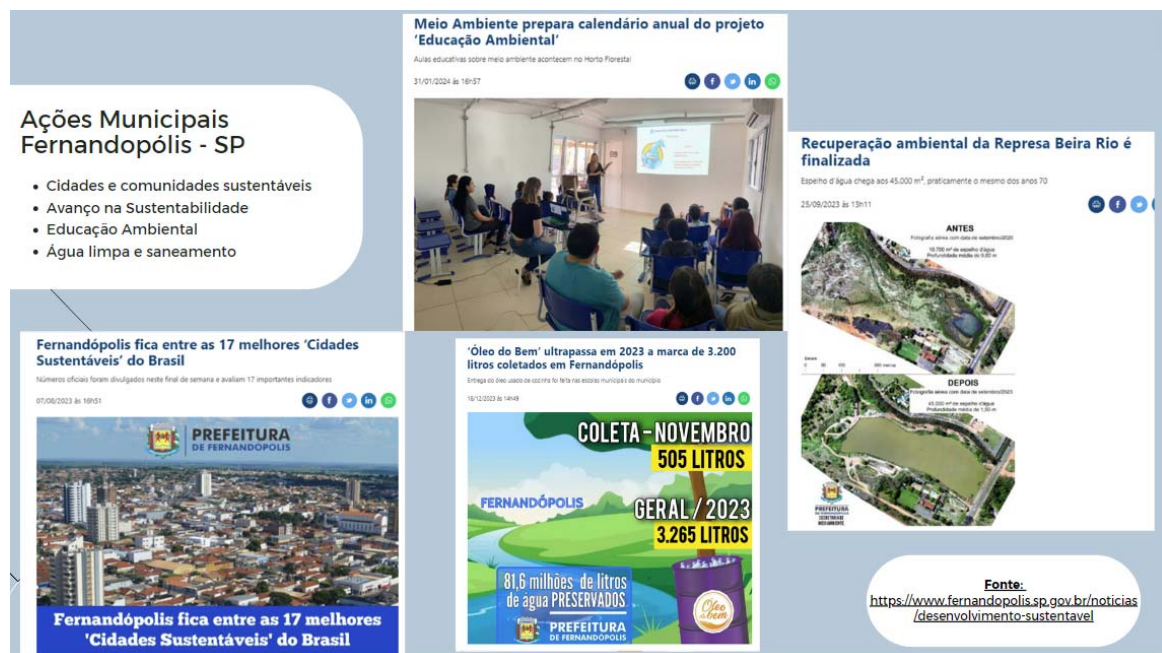
A cidade possui 71.786 habitantes, área da unidade territorial de 549,797 km² densidade demográfica de 129,48 habitante por quilômetro quadrado. O salário médio mensal por trabalhador é de 2 salários mínimos, a taxa de escolarização de 99,4% (faixa etária entre 6 e 14 anos) e o PIB per capita de R\$ 35.430,06 Apresenta 98,1% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, 98,5% dos domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 24,1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (Brasil, 2024).

No município há uma conjunção de oportunidades e desafios para o atingimento das metas da Agenda 2030. A equipe de gestão, capacitada em gestão ambiental, participa ativamente do planejamento estratégico para questões de desenvolvimento sustentável, representando uma oportunidade significativa para implementar iniciativas eficazes nessa área. Além disso, o conhecimento altamente especializado dos servidores municipais em desenvolvimento sustentável é outro ponto forte a ser explorado.

O estabelecimento de cronogramas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável no PPA, considerando essa matéria como básica para o plano, é uma oportunidade para garantir que o município avance em direção às metas da Agenda 2030. No entanto, a falta de conhecimento sobre a ferramenta de IDSC-BR representa um desafio que precisa ser superado para melhorar a eficácia das iniciativas de desenvolvimento sustentável.

As tratativas válidas e benéficas entre os entes federativos, juntamente com as sinergias estabelecidas com outros municípios, são oportunidades para ampliar o impacto das ações sustentáveis. As políticas voltadas para educação, esclarecimento sobre práticas sustentáveis, acesso equitativo aos serviços públicos e inclusão social representam aspectos positivos que devem ser fortalecidos (Figura 15). Embora o município ainda não adote ações exclusivas de incentivo à economia local e não possua programas específicos de consumo responsável e gestão consciente de resíduos sólidos, as práticas consolidadas voltadas para o controle e prevenção de desastres climáticos são pontos fortes que podem ser ampliados.

Figura 15 - Ações municipais em Fernandópolis (SP)



Fonte: Disponível em: www.fernandopolis.sp.gov.br/noticias/desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: 20 fev. 2024.

A integração e parceria com o Ministério Público estadual, juntamente com a aprovação de políticas públicas municipais relacionadas ao meio ambiente e planos de gestão ambiental, contribuíram para o desenvolvimento sustentável do município. No entanto, a criação de uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente capacitada, um Conselho Municipal

de Meio Ambiente atuante e uma Câmara Municipal bem integrada com o Poder Executivo são áreas que necessitam de melhorias para fortalecer a governança ambiental.

O maior desafio enfrentado pelo município para o alcance dos objetivos sustentáveis são as crises econômicas enfrentadas, o que ressalta a importância de desenvolver estratégias resilientes e sustentáveis para lidar com essas questões.

4.8 JUMIRIM – SÃO PAULO

O município de Jurumirim (SP), no desempenho por ODS, ocupa o 2º lugar no *ranking* nacional. Sua pontuação geral é 63,16. No Quadro 23 está o desempenho municipal por ODS.

Quadro 23 - Desempenho municipal por ODS de Jumirim (SP)

ODS		PONTUAÇÃO 0 A 100
ODS 1	Erradicação da pobreza	50,03
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	45,16
ODS 3	Saúde e bem-estar	80,76
ODS 4	Educação de qualidade	59,71
ODS 5	Igualdade de gênero	35,75
ODS 6	Água potável e saneamento	84,89
ODS 7	Energia acessível e limpa	82,41
ODS 8	Trabalho digno e crescimento econômico	69,78
ODS 9	Indústria inovação e infraestrutura	6,77
ODS 10	Redução das desigualdades	70,68
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	80,29
ODS 12	Produção e consumo sustentáveis	100
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	67,68
ODS 14	Vida na água	87,5
ODS 15	Vida terrestre	46,47
ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes	77,38
ODS 17	Parcerias para implementação dos objetivos	28,48

Fonte: Adaptado de Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

Possui 3,056 habitantes, área da unidade territorial de 1,31 km² densidade demográfica de 53,91 habitante por quilômetro quadrado. O salário médio mensal por trabalhador é de 2,2 salários mínimos, taxa de escolarização de 99,2% (faixa etária entre 6 e 14 anos) e PIB per capita de R\$ 61.724,71 Apresenta 63,5% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, 90,9% dos domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 72,2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (Brasil, 2024).

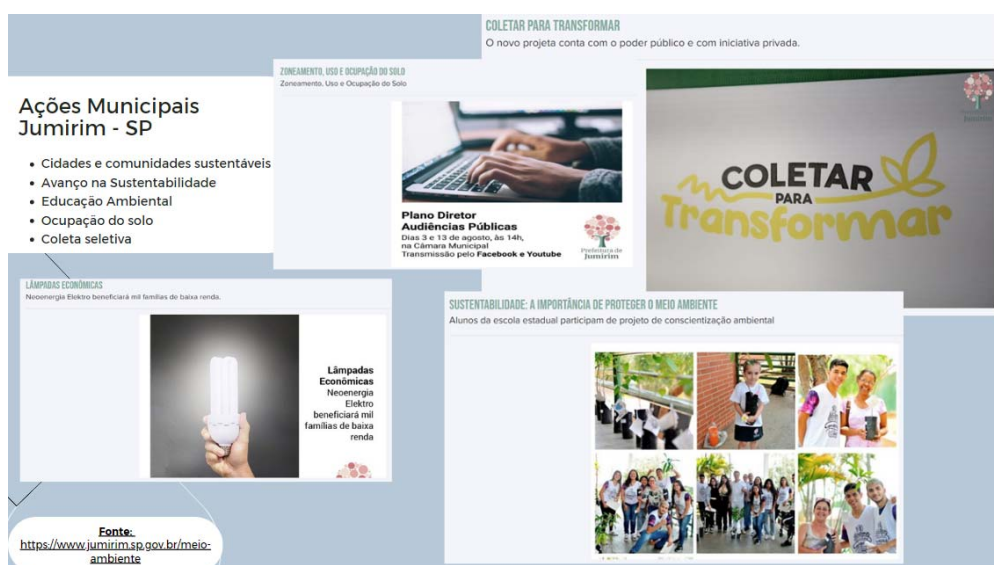
No município as oportunidades e desafios para o atingimento das metas da Agenda 2030 são delineados pela equipe de gestão, capacitada em gestão ambiental e com

conhecimento especializado, o que representa uma oportunidade valiosa para implementar práticas sustentáveis. Além disso, o fato de já terem participado de outras pesquisas relacionadas ao desenvolvimento sustentável demonstra um compromisso prévio com o tema.

A existência de metas específicas no PPA para atender à Agenda 2030 da ONU e o conhecimento sobre a ferramenta de IDSC-BR são pontos fortes que podem impulsionar o progresso em direção aos objetivos sustentáveis. No entanto, as tratativas inacessíveis e fragilizadas entre os entes federativos representam um desafio significativo, especialmente quando muitas metas não saem do papel e há falta de mão de obra capacitada para implementar as ações propostas no PPA.

A dificuldade em estabelecer sinergias com outros municípios, que avaliam ser devido a sua amplitude territorial é outro obstáculo a ser superado. No entanto, o município adota políticas voltadas para a educação, acesso equitativo aos serviços públicos, inclusão social, economia local, consumo responsável, gestão consciente de resíduos e controle de desastres climáticos, o que indica um compromisso sólido com a sustentabilidade. A implementação do Plano de Manejo da APA Tietê-Jumirim, a coleta de óleo de fritura em parceria com a Cargill - Óleo Liza e a coleta de pilhas, baterias, lâmpadas e resíduos eletrônicos são exemplos concretos de práticas que contribuíram para o desenvolvimento sustentável do município (Figura 16).

Figura 16 - Ações Municipais em Jumirim (SP)



Fonte: Disponível em: www.jumirim.sp.gov.br/meio-ambiente. Acesso em: 20 fev. 2024.

Os pontos a serem melhorados incluem a criação de ações específicas e direcionadas para o município, além de uma distribuição mais igualitária de verbas, especialmente considerando os desafios das mudanças climáticas e o crescimento populacional. A falta de critérios igualitários na distribuição de recursos é um desafio adicional que precisa ser enfrentado para garantir que municípios de diferentes dimensões tenham acesso adequado aos incentivos para o desenvolvimento sustentável.

4.9 BILAC – SÃO PAULO

O município de Bilac (SP), no desempenho por ODS, ocupa o 27º lugar no *ranking* nacional. Sua pontuação geral é 60,70. No Quadro 24 está o desempenho municipal por ODS.

Quadro 24 - Desempenho municipal de Bilac (SP)

ODS		PONTUAÇÃO 0 A 100
ODS 1	Erradicação da pobreza	44,11
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	46,98
ODS 3	Saúde e bem-estar	70,24
ODS 4	Educação de qualidade	61,03
ODS 5	Igualdade de gênero	52,73
ODS 6	Água potável e saneamento	88,79
ODS 7	Energia acessível e limpa	78,60
ODS 8	Trabalho digno e crescimento econômico	63,46
ODS 9	Indústria inovação e infraestrutura	20,98
ODS 10	Redução das desigualdades	69,06
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	79,29
ODS 12	Produção e consumo sustentáveis	71,93
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	65,28
ODS 14	Vida na água	98,41
ODS 15	Vida terrestre	27,08
ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes	80,16
ODS 17	Parcerias para implementação dos objetivos	18,72

Fonte: Adaptado de Instituto Cidades Sustentáveis ([2023]).

O município possui 7.319 habitantes, área da unidade territorial de 158,025 km² densidade demográfica de 46,32 habitante por quilômetro quadrado. O salário médio mensal por trabalhador é de 2,1 salários mínimos, a taxa de escolarização de 99% (faixa etária entre 6 e 14 anos) e o PIB per capita de R\$ 35.693,15 Apresenta 90,9% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, 99,7% dos domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 20,6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (Brasil, 2024).

Os desafios e oportunidades frente ao cumprimento das metas da Agenda 2030 da ONU em Bilac revelam um cenário multifacetado. A equipe de gestão, com sua expertise em gestão ambiental e engajamento no planejamento estratégico para o desenvolvimento sustentável, apresenta-se como uma oportunidade promissora para impulsionar iniciativas nessa direção. Contudo, é necessário reconhecer que o conhecimento moderado dos servidores municipais evidencia a urgência de fortalecimento das capacidades locais.

A presença de metas específicas no PPA municipal destinadas a atender à Agenda 2030 é um ponto positivo, assim como o conhecimento sobre a ferramenta IDSC-BR, que pode facilitar o alinhamento das ações com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável. No entanto, as tratativas descentralizadas entre os entes federativos constituem um desafio significativo. O município avalia que assume a maior parte das responsabilidades, enquanto o suporte indireto do Estado e da União é percebido somente na formulação de políticas públicas.

O tamanho reduzido do município e a falta de sinergias com municípios vizinhos evidenciam a necessidade premente de fortalecer parcerias regionais para abordar desafios comuns de forma mais eficaz. Embora políticas voltadas para educação, inclusão social e economia local estejam em vigor, a ausência de programas específicos de consumo responsável e gestão consciente de resíduos indica áreas para melhorias substanciais.

As ações do programa "Município Verde Azul" são reconhecidas como relevantes para o desenvolvimento sustentável do município, abrangendo desde saneamento básico até educação ambiental. Entretanto, a ausência de um planejamento urbano voltado para a reutilização e regeneração de áreas degradadas é uma lacuna a ser preenchida (Figura 17).

Figura 17 - Ações municipais em Bilac (SP)



Fonte: Disponível em: <https://bilac.sp.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2024.

As melhorias propostas incluem a criação de ações específicas para envolver mais a administração na pauta de agricultura e meio ambiente, além do estabelecimento de um programa municipal de gestão ambiental integrada. O maior desafio enfrentado pelo município é a falta de integração entre os diversos setores para maximizar o impacto das ações realizadas. Apesar dos amplos recursos e investimentos disponíveis, a centralização desses recursos representa um desafio adicional para alcançar um desenvolvimento sustentável efetivo.

4.10 SALTINHO – SÃO PAULO

O município de Saltinho (SP), no desempenho por ODS, ocupa o 42º lugar no *ranking* nacional. Sua pontuação geral é 60,09. No Quadro 25 está o desempenho municipal por ODS.

Quadro 25 - Desempenho municipal por ODS de Saltinho (SP)

ODS		PONTUAÇÃO 0 A 100
ODS 1	Erradicação da pobreza	49,82
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	50,07
ODS 3	Saúde e bem-estar	70,09
ODS 4	Educação de qualidade	62,84
ODS 5	Igualdade de gênero	47,95
ODS 6	Água potável e saneamento	86,54
ODS 7	Energia acessível e limpa	82,18
ODS 8	Trabalho digno e crescimento econômico	66,08
ODS 9	Indústria inovação e infraestrutura	3,81
ODS 10	Redução das desigualdades	79,64
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	76,97
ODS 12	Produção e consumo sustentáveis	52,65
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	72,99
ODS 14	Vida na água	95,75
ODS 15	Vida terrestre	27,68
ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes	80,16
ODS 17	Parcerias para implementação dos objetivos	15,91

Fonte: IDSC-BR, 2024 adaptado

Com 8.161 habitantes, área da unidade territorial de 99.738 km² densidade demográfica de 81,82 habitante por quilômetro quadrado, o município possui salário médio mensal por trabalhador de 2,7 salários mínimos, taxa de escolarização de 96,8% (faixa etária

entre 6 e 14 anos) e PIB per capita de R\$ 44.465,92. Apresenta 88,5% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado, 92,7% dos domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 30,7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (Brasil, 2024).

Os desafios e oportunidades relacionados ao cumprimento das metas da Agenda 2030 da ONU em Saltilho podem ser delineados com base nos achados da pesquisa. Com base nas metas estabelecidas pelo ODS 11, o município possui uma equipe especializada em gestão ambiental ou áreas correlatas, desempenhando um papel fundamental na administração das demandas municipais. Além disso, tem sido ativo em pesquisas voltadas para o tema em questão e tem uma equipe participativa na elaboração do PPA.

Avalia-se também que o conhecimento dos servidores é elevado, facilitando a implementação de ações municipais. O município possui familiaridade com ferramentas de pesquisa, como o IDSC-BR, o que fortalece o engajamento em prol do desenvolvimento sustentável. No entanto, o município avalia que as tratativas com os entes federativos, União e Estados, são consideradas igualitárias para todos os municípios, o que pode dificultar a realização de ações específicas para as demandas de Saltilho.

Apesar dos desafios enfrentados, o município consegue implementar as políticas públicas estabelecidas no PPA. As sinergias e parcerias criadas com outros municípios são consideradas significativas, assim como a adoção de políticas que garantem o acesso equitativo a serviços públicos, sistemas de educação e programas culturais, bem como ao esclarecimento sobre práticas sustentáveis.

Entretanto, ainda há lacunas a serem preenchidas, como a falta de adoção de uma economia local dinâmica, criativa e sustentável, bem como o planejamento urbano voltado para a reutilização e regeneração de áreas abandonadas ou degradadas, o que é considerado um aspecto negativo.

Apesar disso, o município possui programas de consumo responsável e gestão consciente de resíduos sólidos, além de praticar ações voltadas para o controle e prevenção de desastres climáticos. Reconhece-se que os direcionamentos do fundo municipal atendem aos programas estabelecidos no PPA.

O município também adota ações voltadas para a coleta seletiva e doação de mudas nativas destinadas ao reflorestamento, porém, há pontos a serem melhorados, como a criação de um ecoponto, plano de macro e microdrenagem e um plano abrangente de educação ambiental (Figura 18).

Figura 18 - Ações municipais em Saltinho (SP)



Fonte: Disponível em: <https://saltinho.sp.gov.br/noticias>. Acesso em: 20 fev. 2024.

O maior desafio enfrentado pelo município é a burocratização nos níveis estadual e federal, além dos recursos e incentivos governamentais, considerados como insuficientes em relação às necessidades municipais.

4.11 DESAFIOS E OPORTUNIDADES NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Após a análise dos dados coletados nas entrevistas realizadas com representantes das prefeituras municipais, destaca-se alguns pontos recorrentes que delineiam os principais desafios e oportunidades enfrentados por esses municípios em relação ao desenvolvimento sustentável. São eles:

- a) **Carência de mão de obra especializada:** em vários municípios foi observada a dificuldade na disponibilidade de profissionais capacitados para implementar e gerir políticas de sustentabilidade. A falta de pessoal qualificado pode representar um obstáculo significativo para o avanço das iniciativas nessa área;
- b) **Necessidade de melhor organização administrativa e integração com o PPA da cidade:** muitos respondentes ressaltaram a importância de uma gestão pública mais eficiente e transparente, além da integração das ações de sustentabilidade com o PPA do município. A falta de uma estrutura

administrativa bem definida e de uma abordagem holística pode comprometer a eficácia das medidas sustentáveis;

- c) **Investimento em educação ambiental e conscientização da população:** a maioria dos entrevistados enfatizou a necessidade de promover a conscientização da comunidade sobre questões ambientais e práticas sustentáveis. Investimentos em programas educacionais e campanhas de sensibilização são considerados fundamentais para o engajamento da população e para a adoção de comportamentos mais sustentáveis;
- d) **Melhoria na infraestrutura urbana e gestão de resíduos:** a questão da infraestrutura urbana e da gestão adequada de resíduos foi apontada como um desafio comum. Muitas prefeituras enfrentam dificuldades na coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, além de problemas relacionados à falta de infraestrutura básica em áreas urbanas e rurais.

4.11.1 Ações necessárias para promover a sustentabilidade

Os entes municipais descreveram uma série de ações que consideram essenciais para promover a sustentabilidade nos municípios brasileiros:

- a) **Implementação de políticas de incentivo à economia verde:** estímulo ao desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, como agricultura orgânica, energia renovável e turismo ecológico;
- b) **Fortalecimento da participação da sociedade civil:** promoção do engajamento e da participação ativa da comunidade em processos decisórios relacionados à sustentabilidade por meio de conselhos municipais e outras instâncias de participação popular;
- c) **Investimento em infraestrutura sustentável:** desenvolvimento de projetos e iniciativas que visem a melhoria da infraestrutura urbana com ênfase na mobilidade urbana, na eficiência energética e no uso racional dos recursos naturais;

- d) **Promoção de parcerias e cooperação intermunicipal:** estabelecimento de parcerias entre os municípios e outras esferas de governo, bem como entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil, visando a cooperação e troca de experiências em prol do desenvolvimento sustentável.

A discussão dos resultados obtidos nas entrevistas com representantes das prefeituras municipais revela uma série de desafios e oportunidades cruciais para o desenvolvimento sustentável desses municípios. Esses pontos podem ser analisados à luz da literatura existente sobre o tema.

Em primeiro lugar, a carência de mão de obra especializada emerge como um desafio comum. Esta questão está alinhada com estudos que destacam a importância de recursos humanos capacitados para implementar e gerir políticas de sustentabilidade (Organização das Nações Unidas no Brasil, 2022). A falta de pessoal qualificado pode comprometer a eficácia das iniciativas sustentáveis e requer investimentos em capacitação e formação profissional.

A necessidade de melhor organização administrativa e integração com o PPA também é um tema recorrente. Esta preocupação reflete a importância de uma gestão pública eficiente e transparente, alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável (Ramiro, 2021). Uma abordagem integrada entre as ações de sustentabilidade e os planos de desenvolvimento municipal é fundamental para garantir a coerência e eficácia das políticas públicas.

O investimento em educação ambiental e conscientização da população é outro aspecto relevante destacado pelos entrevistados. Este ponto está em consonância com a literatura que enfatiza o papel crucial da educação para promover mudanças de comportamento e valores em direção a práticas mais sustentáveis (Brasil, 2008). Programas educacionais e campanhas de sensibilização são essenciais para mobilizar a comunidade e promover uma cultura de sustentabilidade.

Quanto à melhoria da infraestrutura urbana e a gestão de resíduos, os desafios enfrentados pelas prefeituras municipais corroboram estudos que destacam a importância da infraestrutura sustentável para o desenvolvimento urbano, como o de Gomes e Zambam (2011). A gestão adequada de resíduos sólidos e a promoção da infraestrutura básica são elementos-chave para garantir cidades mais sustentáveis e resilientes.

As ações propostas pelos entes municipais para promover a sustentabilidade nos municípios brasileiros estão alinhadas com as recomendações da literatura. O estímulo à economia verde, o fortalecimento da participação da sociedade civil, o investimento em

infraestrutura sustentável e a promoção de parcerias intermunicipais são estratégias reconhecidas como eficazes para avançar em direção ao desenvolvimento sustentável (Oliveira, 2014).

Em resumo, os desafios e as oportunidades identificados nas entrevistas refletem a complexidade e a diversidade de questões envolvidas na promoção da sustentabilidade nos municípios brasileiros, destacando a necessidade de abordagens integradas e colaborativas para enfrentar esses desafios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa buscou-se identificar oportunidades e desafios no alcance do desenvolvimento sustentável nas cidades brasileiras. Bem como realizar uma revisão de literatura sobre o tema, avaliar o planejamento municipal no cumprimento do ODS 11 e identificar, nos municípios pesquisados, as oportunidades e os desafios em prol do cumprimento de metas do ODS 11. As oportunidades e desafios que os municípios brasileiros têm se deparado, frente às metas impostas pela Agenda 2030 da ONU, atualmente são considerados cruciais para o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

No primeiro capítulo deste trabalho foi realizada uma análise sobre os conceitos fundamentais relacionados ao desenvolvimento sustentável, destacando-se a importância da integração entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais para a promoção de um desenvolvimento equilibrado e duradouro. Além disso, foram apresentadas as diretrizes estabelecidas na Agenda 2030, as quais delineiam metas e objetivos a serem alcançados para enfrentar os desafios globais de sustentabilidade.

Na revisão da literatura, análise documental e nos questionários aplicados emergiu uma significativa barreira social, econômica e governamental que obstaculiza a consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Foi possível identificar que cada município pesquisado, dentro de sua realidade peculiar, enfrenta desafios específicos, mas que compartilham de obstáculos comuns. As sinergias entre os entes federativos foram destacadas como uma das principais barreiras, contribuindo para o retrocesso municipal. A falta de coordenação e cooperação entre os diferentes níveis de governo dificulta a implementação eficaz de políticas e programas voltados para a sustentabilidade.

Outro ponto de destaque foi a necessidade de conscientização da população em relação ao desenvolvimento sustentável e suas implicações. A falta de educação e sensibilização ambiental foi identificada como um fator que requer atenção e investimento por parte dos gestores municipais.

O descontrole municipal frente ao crescimento populacional e a ausência de um plano de gerenciamento integrado foram apontados como obstáculos significativos. A falta de planejamento urbano e de políticas de ordenamento territorial dificulta a gestão adequada dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento sustentável. Além disso, a ausência de recursos financeiros adequados e o seu direcionamento inadequado foram citados como fatores que interferem consideravelmente no desenvolvimento municipal. A falta de investimentos em

infraestrutura básica e em projetos sustentáveis limita a capacidade dos municípios ao enfrentar os desafios socioeconômicos e ambientais.

Por fim, o crescente aumento no consumo de energia, as desigualdades sociais, o índice de pobreza urbana e o impacto ambiental decorrente dos desastres climáticos foram identificados como grandes desafios enfrentados atualmente pelos municípios brasileiros. Esses problemas, que são complexos, exigem abordagens integradas e políticas públicas eficazes para serem enfrentados de forma efetiva.

De modo prático, os programas municipais existentes potencializam e implicam diretamente no crescimento municipal, por meio deles tornam-se possíveis e reais o processo de transformação social, geração de riquezas, criação e manutenção de empregos e a evolução das cadeias produtivas no país. O berço econômico e social se dá através da existência dos municípios. Gerando um impacto nacional principalmente na tomada de decisão e no caminho que o país deve seguir frente ao desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Levando em consideração a limitação da presente pesquisa, não foi possível aprofundar nos dados voltados para os municípios que mais se desenvolveram frente as ao ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, assim, identifica-se a necessidade de novas pesquisas neste sentido. Uma possibilidade seria explorar, de forma mais aprofundada, a máquina municipal, entendendo suas estruturas, necessidades e a forma como o município atua em suas particularidades. De modo a estudar as disparidades municipais, bem como, suas implicações. Também se pode investigar as iniciativas de conscientização pública e as campanhas de engajamento comunitário promovidas pelos municípios. Assim como desenvolver estudos de caso capazes de comparar o progresso municipal em direção ao desenvolvimento sustentável, adotando, como premissas, os indicadores específicos e de impacto social, ambiental e econômico.

As dificuldades encontradas durante a implementação da metodologia tiveram um impacto negativo na análise abrangente dos agentes investigados. As restrições de acesso, a falta de comunicação eficaz dentro do ambiente municipal e a resistência em compartilhar informações relevantes prejudicaram a conclusão efetiva de um dos objetivos estabelecidos pela pesquisa. Além disso, é importante ressaltar a ausência significativa de planos de continuidade entre as agendas plurianuais. Os agentes encarregados da adoção e implementação das práticas sustentáveis nem sempre recebem um plano sólido e bem estruturado, o que acaba inviabilizando e atrasando ações que deveriam ser contínuas.

Ao concluir esta dissertação é reforçada a convicção de que o desenvolvimento sustentável das cidades não é apenas uma aspiração, mas uma necessidade urgente para garantir

um futuro próspero e equitativo para as gerações presentes e futuras. As descobertas e reflexões apresentadas podem servir como um ponto de partida para a implementação de políticas e práticas inovadoras, promovendo cidades resilientes, inclusivas e ambientalmente conscientes. Cada passo dado em direção a esse objetivo deve ser construído pelo compromisso comum de construir um melhor lugar para todos.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, C. V. M. G. *et al.* Governança Pública Dos Municípios Brasileiros. **Gestão & Regionalidade**, Santa Cruz do Sul, v. 37, n. 110, p. 203-220, 2021. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/6542/3232. Acesso em: 12 fev. 2024.
- BARATA, M. M. L.; KLIGERMAN, D. C.; MINAYO-GOMEZ, C. A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, , p. 165-170, jan./mar. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63012115>.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BIBRI, S. E.; KROGSTIE, J. Smart sustainable cities of the future: an extensive interdisciplinary literature review. **Sustainable Cities and Society**, [s. l.], v. 31, p. 183-212, May 2017. DOI 10.1016/j.scs.2017.02.016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2210670716304073>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- BOOTH, W. C. *et al.* **The craft of research**. 4th ed. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2016.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 fev. 2023.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Áreas urbanizadas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15789-areas-urbanizadas.html>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Áreas urbanizadas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: https://geofit.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/tipologias_do_territorio/areas_urbanizadas_do_brasil/2015/Mapas/Mapa00_AreasUrbanizadas2015_Brasil.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Áreas urbanizadas do Brasil: notas técnicas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: www.ibge.gov.br/apps/areas_urbanizadas/#/home. Acesso em: 5 mar. 2023.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: panorama 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama> 2024. Acesso em: 2 mar. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 2 mar. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. **Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento**. Brasília: SNIS, 2021. Disponível em: <https://www.aguasaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/fontes-notas-tecnicas#snis>. Acesso em: 24 fev. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto das cidades**. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.

CASTELLS, Manuel. O fenômeno urbano: delimitações conceituais e realidades históricas. In: CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 40-52.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Guia para integração dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros: gestão 2017-2020**. Brasília, DF: CNM, 2017.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: triple bottom line of 21st century business**. Oxford: Capstone Publishing Org., 1997.

ENGERS, M. E. A. Pesquisa educacional: reflexões sobre a abordagem etnográfica. In: ENGERS, M. E. (org.). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação: notas para reflexão**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 65-74.

FAINSTEIN, S. S. **A cidade justa**. Ithaca: Cornell University Press, 2010.

FERRER, G. R. La construcción del derecho ambiental. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí, v. 18, n. 3, p. 347-368, set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/5128/2688>. Acesso em: 11 jan. 2024.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030, a agenda do desenvolvimento 2030 e os ODS: subsídios para o debate na Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/documento-de-referencia-da-estrategia-fiocruz-para-agenda-2030>. Acesso em: 18 nov. 2023.

FONTANELA, H. G. R.; PANDINI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. H. A conscientização do ambiente faz a sustentabilidade acontecer. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 7, n. esp., p. 4-18, 2018. DOI 10.19177/rgsa.v7e020184-18. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/6527/3904. Acesso em: 20 jan. 2024.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, D. S. D. R., ALEX K. A. C., A. C. S. CARLOS, A. N. K., REGINA, C. M.,

GOMES, D.; ZAMBAM, N. J. O desafio da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 7, n. 1, p. 39-60, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5120225>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GOUGH D.; THOMAS J. (ed.). **Commonality and diversity in reviews**: introduction to systematic reviews. London: Sage, 2012.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Fórum cidades sustentáveis**. [São Paulo]: ICS, 2022. Disponível em: <https://forumdsc.org.br/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Índice de desenvolvimento sustentável das cidades**. [São Paulo]: ICS, [2023]. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LEITE, C. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes**. Bookman, 2012.

LEITE, P. P. Os objetivos de desenvolvimento do milênio. **Hypotheses**, 2015. Disponível em: <https://globalherit.hypotheses.org/1972>. Acesso em: 20 dez. 2023.

LIMONAD, E. Natureza da "ambientalização" do discurso do planejamento. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 14, n. 331, p. 66, 2010. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-66.htm>. Acesso em: 20 dez. 2023.

LOPES, A. F. A. **O programa Cidade Sustentável, seus indicadores e metas**: instrumentos metodológicos para a avaliação da sustentabilidade no município de Prata/MG. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. DOI 10.14393/ufu.di.2016.529. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17861>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MANFRON, P. *et al.* Dilemas da sustentabilidade urbana. **Bioenergia em Revista: diálogos**, Piracicaba, v. 4, n. 1, p. 139-158, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://fatecpiracicaba.edu.br/revista/index.php/bioenergiaemrevista/article/view/125/73>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARQUES, E. C.; BICHIR, R. M.; PERES, U. D. Cidades sustentáveis inteligentes. In: SILVA, J. L.; TUNDISI, J. G. (org.). **Projeto de ciência para o Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2018. v. 1, p. 185-206.

MATIAS, J. L. N.; JEREISSATI, L. C. O direito a cidades sustentáveis na ordem jurídica brasileira e o caminho para a urbanização racional. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 643-672, 2022. DOI 10.12957/rdc.2022.52277. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/52277/41146>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MELLO, C. A. Elementos para uma teoria jurídica do direito à cidade. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 437-462, 2017. DOI 10.12957/rdc.2017.26883. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/26883/20431>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOURA, Alexandrina Sobreira de; BEZERRA, Maria do Carmo. Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil. In: MOURA, Adriana Maria Magalhães de (org.). **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2016. p. 91-110. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6800>. Acesso em: 24 nov. 2024.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. DOI 10.1590/S0103-40142012000100005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/yJnRYLWXSwyxqggqDWy8gct/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2024.

OLIVEIRA, A. G.; PISA, B. J. IGovP: índice de avaliação da governança pública – instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 5, p. 1263-1290, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/54990>. Acesso em: 29 jan. 2024.

OLIVEIRA, L. D. Rio + 20: Reflexões sobre geopolítica e ideologia. **Espaço e Economia** v. 2, n. 4, p. 1-18, 2014. DOI 10.4000/espaco economia.854. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/854>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. Nova Iorque: ONU, 2009. Disponível em: <https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2009/10/Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Cenários de futuros urbanos: grau de urbanização. In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Nova agenda urbana**. Nova Iorque: ONU, 2017. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivo de desenvolvimento sustentável 11: cidades e comunidades sustentáveis**. Nova Iorque: ONU, [2024]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 15 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio**. Nova Iorque: ONU, 2000. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório anual 2022**. Brasília: ONU, 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-03/ONU_Brasil_Relatorio_Anual_2022.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de progresso: marco de parceria das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável Brasil I 2017-2021**. Nova Iorque: ONU, 2018. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2021-02/Brasil_Relatorio_progreso_2018.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

PEREIRA, A. O. K.; PEREIRA, H. M. K.; PEREIRA, M. M. K. Hiperconsumo e a ética ambiental. In: PEREIRA, A. O. K.; HORN, L. F. D. R. **Relações de consumo meio ambiente**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2009. p. 11-27.

PHILIPPI JÚNIOR, A. *et al.* **Relatório Ciclo UrbanSus: sustentabilidade urbana: sustentabilidade nas cidades**. São Paulo: IEA/USP, 2018. Disponível em: http://www.iea.usp.br/eventos/eventos-procedimentos-e-normas/materiais-de-referencia/relatoria_urbansus_1. Acesso em: 23 nov. 2023.

REIS, T. A. dos. **Consumo desenfreado: fim dos recursos naturais, geração de resíduos e poluição ambiental**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Química Industrial - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/20771>. Acesso em: 20 out. 2023.

RODRIGUES, A. C. *et al.* Delineamento da produção científica sobre desastres no Brasil no início deste século. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 34, p. 61-73, 2015. DOI <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v34i0.38992>. Disponível em: <https://ojs.homologa.ufpr.br/made/article/view/38992>. Acesso em: 23 set. 2023.

RAMIRO, R. C. As agendas ODS no plano plurianual 2016-2019. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Brasília, n. 28, p. 48-56, abr. 2021. DOI 10.38116/bapi28art5. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10591/1/bapi_28_agendas.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

ROMA, J. C. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e sua transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-39, jan./mar. 2019. DOI 10.21800/2317-66602019000100011. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v71n1/v71n1a11.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

ROSA, F. P.; MAAHS, T. R. Logística reversa: uma alternativa para redução de custos e impactos ambientais das organizações. **Revista Espacios**, Caracas, v. 37, n. 27, p. 13, 2016. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a16v37n27/16372714.html>. Acesso em: 23 set. 2023.

ROSELAND, M. Dimension s of the eco-city. **Cities**, [s. l.], v. 14, n. 4, p. 197-202, 1997. DOI 10.1016/S0264-2751(97)00003-6. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264275197000036>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAMPIERI, R.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. Del P. B. **Metodologia de pesquisa**. Tradução Daisy Vaz de Moraes. Revisão técnica Ana Gracinha Queluz Garcia, Dirceu da Silva, Marcus Júlio. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, F. D. Os desafios ambientais criados pela grande aceleração do pós-guerra. **Revista Nação e Defesa**, Porto, n. 122, p. 61-78, primavera 2009. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3629/1/NeD122_FilipeDuarteSantos.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

SILVA, R. M. *et al.* **Estudos qualitativos**: enfoques teóricos e técnicas de coletas de informações. Sobral: Edições Uva, 2018.

SOARES, M. M.; MACHADO, J. A. **Federalismo e políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3331/1/Livro_Federalismo%20e%20Pol%c3%adticas%20P%c3%ablicas.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

SOTTO, D. *et al.* Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 61-80, 2019. DOI 10.1590/s0103-4014.2019.3397.004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/zxSGtbCVxzKVSfZnGs3DWct/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SOUZA, C. S. **Sustentabilidade urbana**: conceitualização e aplicabilidade. 2016. Dissertação (Mestrado em Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal de São João Del-Rei, Ouro Branco, 2016. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgtds/DISSERTACOES/Cassia_Souza.pdf. Acesso em: 21 fev. 2023.

SOUZA, M. C. S., ARMADA, A. C. A. S. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: evolução epistemológica na necessária diferenciação entre os conceitos. **Revista Científica de Sustentabilidade**. , Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 17-35, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/2437/pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WILLIAMS, K. Sustainable cities: research and practice challenges. **International Journal of Urban Sustainable Development**, [s. l.], v. 1, n. 1-2, p. 128-132, 2010. DOI 10.1080/19463131003654863. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19463131003654863>. Acesso em: 6 fev. 2023.

APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prefeitura Municipal Luzerna,

Direcionamos este termo para a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, parabenizamos o município por ocupar no ano de 2023 o oitavo lugar no IDSC-BR (índice de desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras).

Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa acadêmica – científica – intitulada “Cidades **Sustentáveis: Oportunidades e Desafios frente às Políticas Públicas dos Municípios Brasileiros à Luz da Agenda 2030**”. Tem como objetivo **identificar oportunidades e desafios no alcance do Desenvolvimento Sustentável nas cidades brasileiras**. Por intermédio deste Termo lhes são garantidos os seguintes direitos:

- (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa;
- (2) sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal;
- (3) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social;
- (4) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido;
- (5) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, e entender que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa. Poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da Pesquisa. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com o Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas da UNIALFA responsável por esta Pesquisa Mestranda **Fernanda de Oliveira Silva** (fernandatcc2012@gmail.com), orientador **Prof. Dr. Rafael Henrique Dias Manzi**. Agradecemos a sua contribuição para a pesquisa e desenvolvimento no Brasil!

Goiás 17 de janeiro de 2024.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS APLICADO

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO



Roteiro de perguntas adotadas no questionário

A presente pesquisa visa analisar as oportunidades e desafios dos municípios brasileiros que tem se destacado no cumprimento de metas da Agenda 2030 da ONU. O Desenvolvimento Sustentável das Cidades está ligado diretamente ao ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), e através deste levantamento de dados focado nos municípios brasileiros será aplicada à pesquisa. Importante destacar que esta pesquisa deve ser direcionada para profissionais diretamente ligados ao programa de desenvolvimento sustentável do município a qual se destina. Se você está recebendo este questionário é porque está entre os 50 municípios que mais se destacaram no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades no Brasil (IDSC-BR), segundo o IDSC-BR, uma plataforma única capaz de acompanhar a evolução dos municípios brasileiros e sua contribuição em prol das melhores práticas sustentáveis.

1. Nome completo:
R:
2. e-mail:
R:
3. Qual é o nome do seu município?
R:
4. Sua formação acadêmica está ligada ao eixo temático pesquisado (gestão ambiental ou áreas afins)?
Sim
Não
5. Você exerce cargo de gestão em seu município?
Sim
Não
6. Você já participou de alguma pesquisa científica na área de desenvolvimento sustentável?
Sim
Não
7. Você ou sua equipe participa das ações de planejamento estratégico voltadas para o desenvolvimento sustentável no seu município?
Sim
Não
8. Como você avalia o nível de conhecimento dos servidores, relacionado ao tema desenvolvimento sustentável e de suas implicações?

R:

9. O plano plurianual (PPA) do seu município tem estabelecido programas de governo voltados para o desenvolvimento sustentável e ou cumprimento das metas da agenda 2030?

Sim

Não

10. Você conhece o IDSC- BR – índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasileiras?

Sim

Não

11. Como você avalia as tratativas dos entes federativos (união e estados) nas ações voltadas para o desenvolvimento sustentável municipal?

R:

12. No seu município os programas propostos pelo PPA têm sido seguidos? Se não qual impedimento:

R:

13. O município tem alcançado a promoção de sinergias e parcerias entre municípios vizinhos ou mesmo outras cidades?

Sim

Não

14. Atualmente o município adota políticas públicas que asseguram acesso equitativo aos serviços públicos, bem como, promove ações voltadas para inclusão social?

Sim

Não

15. As políticas públicas municipais voltadas para educação, tem promovido programas culturais e de esclarecimento sobre as práticas sustentáveis?

Sim

Não

16. No seu município é adotado a economia local dinâmica, criativa e sustentável?

Sim

Não

17. No seu município tem inserido um programa de consumo responsável e como consequência a gestão consciente dos resíduos?

Sim

Não

18. Atualmente o município adota práticas voltadas para o controle e prevenção de desastres climáticos? O município conhece suas fragilidades e necessidades?

Sim

Não

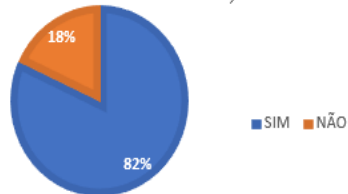
19. Os fundos municipais direcionados para o seu município tem atendido os programas estabelecidos no PPA para o desenvolvimento municipal?
Sim
Não
20. O planejamento e desenho urbano do seu município tem conseguido reutilizar e regenerar áreas abandonadas e ou degradadas?
Sim
Não
21. Cite três ações municipais que contribuíram positivamente para que o município se destacasse no índice de desenvolvimento sustentável das cidades - IDSC.
R:
22. Cite três pontos que você avalia ser negativo e que contribuem para o retrocesso municipal em relação ao desenvolvimento sustentável.
R:
23. Cite três pontos que você avalia ser crucial na implementação das políticas públicas no seu município em busca do desenvolvimento sustentável e que ainda não foram implementadas.
R:
24. Na sua avaliação, qual o maior desafio enfrentado, para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável no seu município?
R:
25. Você avalia que os incentivos governamentais são suficientes e bem dimensionados quando o assunto é desenvolvimento sustentável? Explique:
R:
26. Você ficou com alguma dúvida em relação ao roteiro de entrevista e a finalidade da pesquisa ao qual você está participando?
Sim
Não

Agradeço a sua contribuição para a pesquisa.

APÊNDICE C – RESULTADOS FORMULÁRIOS

ORDEM	DATA / HORÁRIO	MUNICÍPIO	RANKING - IDSC-BR	PONTUAÇÃO IDSC-BR
1	24 de jan. 08:36	Silveiras - SP	13	61,6
2	5 de mar. 08:32	Pedreira SP	7	62,51
3	5 de mar. 11:00	Jundiaí - SP	9	62,14
4	6 de mar. 13:57	Araras - SP	23	60,83
5	6 de mar. 15:58	Vitória Brasil - SP	20	60,99
6	6 de mar. 16:12	Araras, SP	23	60,83
7	7 de mar. 15:36	Luzerna - SC	8	62,21
8	7 de mar. 16:09	Fernandópolis - SP	17	61,14
9	8 de mar. 11:12	Jumirim - SP	2	63,16
10	11 de mar. 08:33	Bilac-SP	27	60,7
11	18 de mar. 15:19	Saltinho - SP	42	60,09

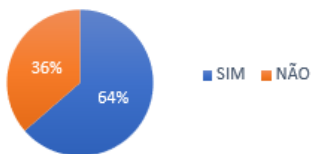
SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA ESTÁ LIGADA AO EIXO TEMÁTICO PESQUISADO (GESTÃO AMBIENTAL OU ÁREAS AFINS)?



VOCÊ EXERCE CARGO DE GESTÃO EM SEU MUNICÍPIO?



VOCÊ JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA PESQUISA CIENTÍFICA NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?



VOCÊ OU SUA EQUIPE PARTICIPA DAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SEU MUNICÍPIO?

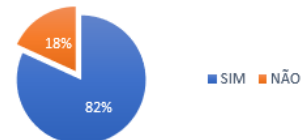


COMO VOCÊ AVALIA AS TRATATIVAS DOS ENTES FEDERATIVOS (UNIÃO E ESTADOS) NAS AÇÕES VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MUNICIPAL?
Eu acredito que poderia ser levado mais a sério entre todos os envolvidos, muitas vezes só pensam no retorno financeiro e isso prejudica demais as ações em geral.
Insuficiente para atender as necessidades
Insuficientes
Insuficientes
Os projetos são bons, mas nem sempre são possíveis de execução pelos municípios menores
No meu ponto de vista, as ações desenhadas pelas instancias federais e estaduais, por envolverem conhecimento mais aprofundado, tem um aspecto educativo/ capacitivo na condução das ações municipais.
As tratativas desenvolvem-se de forma ínfima.
Boa, recursos federais têm sido utilizados em ações de sustentabilidade.
Muito lento, muita coisa no papel e sem verba e pessoas qualificadas para colocar em prática.
Atualmente a Gestão Ambiental tem sido cada vez mais descentralizada, cabendo ao município a maior parte das ações voltadas para a temática, sendo que o Estado e União tem participado de forma indireta na criação de políticas públicas a serem implementadas e cumpridas pelos municípios.
Regular, pois há cobranças de igual peso para municípios de distintos tamanhos

O PLANO PLURIANUAL (PPA) DO SEU MUNICÍPIO TEM ESTABELECIDO PROGRAMAS DE GOVERNO VOLTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OU CUMPRIMENTO DAS METAS DA AGENDA 2030?



VOCÊ CONHECE O IDSC-BR - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES BRASILEIRAS?



VOCÊ CONHECE O IDSC-BR - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES BRASILEIRAS?



ATUALMENTE O MUNICÍPIO ADOTA POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ASSEGURAM ACESSO EQUITATIVO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS, BEM COMO, PROMOVE AÇÕES VOLTADAS PARA INCLUSÃO SOCIAL?



NO SEU MUNICÍPIO OS PROGRAMAS PROPOSTOS PELO PPA TÊM SIDO SEGUIDOS? SE NÃO QUAL IMPEDIMENTO:
Não tenho.
Parte vêm atendido, porém a limitação financeira impede.
Tem sido seguido parcialmente em virtude da insuficiência de recursos.
Sim
Sim
Os programas ambientais que respondem a fiscalização estadual e federal tendem a ter sequência e nível de maior responsividade.
Nossos programas são genéricos, focados essencialmente na manutenção.
Sim, esforços têm sido realizados nesse sentido.
Sim, alguns programas com recursos próprios,
O município tem atuado de forma ativa nas questões voltadas para o desenvolvimento sustentável, porém, uma vez que o município é de pequeno porte não tem muita demanda como municípios maiores.
Sim



CITE TRÊS AÇÕES MUNICIPAIS QUE CONTRIBUÍRAM POSITIVAMENTE PARA QUE O MUNICÍPIO SE DESTACASSE NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES - IDSC-BR:
Através da equipe de defesa civil e a conscientização principalmente na zona rural orientando e oferecendo aos moradores uma qualidade de vida aos seus familiares, mostrando que juntos podemos viver em harmonia com a natureza e assim teremos uma cidade de qualidade para se viver.
Coleta e tratamento de 98% esgoto, 100% água em todas as residências e Proteção da Vida Silvestre
Planejamento Territorial Priorização de investimentos nas áreas periféricas e de maior vulnerabilidade social Cuidado com o saneamento
Arborização, Gestão Territorial, Controle de Uso e Ocupação do Solo
A coleta de lixo reciclável, a limpeza de terrenos urbanos e o incentivo à população para limpeza de seus quintais
Programa de reintrodução de aves silvestres; programa de arborização urbana e corredores verdes; programa de drenagem urbana
Podemos citar: programas e atividades desenvolvidas para atender a população pelas equipes de saúde da família; cobertura vacinal, alto percentual da população alvo imunizada e população atendida com abastecimento de água.
Aprovação de Política Públicas (leis municipais) que interferem fortemente no meio ambiente (Política Municipal de Resíduos Sólidos, Política de Manejo da Vegetação Urbana), dos planos de gestão ambiental (resíduos sólidos, mata atlântica, controle de erosão e arborização urbana) e ótima integração e parceria com o Ministério Público Estadual.
Plano de manejo da APA Tiete-Jumirim instituído e colocado em prática Coleta do óleo de fritura- Parceria com a Cargill - Óleo Liza Coleta de pilhas, baterias, lâmpadas e resíduos eletrônicos
Ações do Programa Município Verde Azul
Coleta Seletiva, doações de mudas nativas à população para reflorestamento,

COMO VOCÊ AVALIA O NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS SERVIDORES, RELACIONADO AO TEMA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE SUAS IMPLICAÇÕES?
Estamos ainda no início de conscientização tanto dos servidores como a população em geral.
Mediano
O nível de conhecimento varia de nenhuma, quando não vai além do que é propagado pela mídia, até o nível de que reflete sobre a complexidade do assunto na busca de medidas e ações coerentes com os propósitos da sustentabilidade.
Razoável
Médio, sabemos condições gerais sem entrar no mérito específico do tema
Há uso pré-concebido e descontextualizado do tema.
Os servidores ainda não estão capacitados no que se refere ao tema desenvolvimento sustentável, apenas o setor de licitações utiliza-se de critérios ambientais em suas licitações.
Alto, porque todos tem formação acadêmica na área.
Bom
Moderado
Ótimo

CITE TRÊS PONTOS QUE VOCÊ AVALIA SEREM CRUCIAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEU MUNICÍPIO EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E QUE AINDA NÃO FORAM IMPLEMENTADAS:
O saneamento rural acho primordial, tendo uma implementação de fossas ecológicas em todas as propriedades rurais do município evitando assim que nossos rios fiquem poluídos.
Erradicação da fome com alimentos de qualidade, ampliação do parque industrial com empresas de tecnologia e parcerias com ongs e outros municípios vizinhos para implementação de políticas públicas.
Política de requalificação urbana baseada na natureza Política de mobilidade com efetiva priorização do transporte coletivo e estímulo à mobilidade ativa Política habitacional abrangente, com alcance efetivo à população mais vulnerável e distribuição espacial que contribua para a universalização do acesso aos serviços públicos.
Gestão integrada eficiente de Resíduos Sólidos, Eficiência nos sistemas de distribuição de água e de tratamento de efluentes, ampliação e fortalecimento da política municipal de Educação Ambiental
Organização, planejamento e ações de incentivo
Maior integração entre secretarias
Podemos citar: vulnerabilidade energética; baixas quantidade de áreas florestadas; e estabelecimentos que praticam agricultura orgânica.
Secretaria Municipal de Meio Ambiente capacidade, Conselho Municipal de Meio Ambiente atuante e Câmara Municipal bem integrada com o Poder Executivo.
Todos os objetivos estão sendo implantados pela própria Prefeitura.
Maior envolvimento da Administração na pauta de Agricultura e Meio Ambiente, Programa Municipal de Gestão Ambiental Integrada
Ecoponto, Plano de Macro e microdrenagem, Plano de Educação Ambiental

NA SUA AVALIAÇÃO, QUAL MAIOR DESAFIO ENFRENTADO, PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS NO SEU MUNICÍPIO?
É a conscientização de todos
Capacitação de mão de obra.
O principal desafio é de natureza cultural, que ainda determina a distribuição dos recursos disponíveis segundo o referencial anterior ao proposto pelo desenvolvimento sustentável.
Recursos humanos e financeiros
Recursos humanos e financeiros
Ações integradas
Conseguir firmar parcerias com os demais municípios, entidades e o demais entes federativos.
Crises econômicas.
Maior desafio vai ser com relação as mudanças climáticas, crescimento populacional.
Falta de integração entre os diversos setores para um maior alcance das ações realizadas.
Desburocratização Estadual e Federal

VOCÊ AVALIA QUE OS INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS SÃO SUFICIENTES E BEM DIMENSIONADOS QUANDO O ASSUNTO É DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL? EXPLIQUE:
Acho que esses incentivos teriam que ser mais planejados e melhor pois para ter um município sustentável precisaria de mais investimento e conscientização.
Não, acho os incentivos insignificantes frente as necessidades.
Os incentivos governamentais são escassos. Os incentivos das esferas federal e estadual são acessíveis mediante o cumprimento de uma burocracia desestimulante. No âmbito dos municípios são de difícil implementação em virtude da insuficiência de recursos.
Não, há falta de repasse e incentivos para atingir os ODS da ONU
Não, porque para obtenção de repasse é necessário grandes investimentos
Não aplico diretamente.
Não. Falta aporte tanto financeiro quanto de capacitações para permitir que mais políticas sustentáveis sejam aplicadas no município.
Não. Normalmente as políticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável são impopulares e possuem os menores investimentos.
Poderiam ser maiores e mais direcionados quanto a viabilidade de execução
O Brasil vem se preocupando cada vez mais com a temática, sendo que os recursos e investimentos são amplos, porém muitas vezes centralizados. A crescente demanda por ações que visem o desenvolvimento sustentável tem alavancado cada vez mais essas políticas públicas, mas ainda há muito a trilhar para que se chegue a um patamar onde todos possam contribuir significativamente para um desenvolvimento sustentável real.
Não, acho os incentivos insignificantes frente as necessidades.